REVISTA

Campo&Cidade®

Ed. nº 161 | Julho/Agosto 2026

PESO HISTÓRICO DO DIREITO NO BRASIL

Trajetória de 50 anos da OAB Itu - 53ª Subseção

+ EDUCAÇÃO

- Kits escolares e uniformes completos, com tênis, distribuídos a 17 mil alunos
- Sistema Itu de Ensino (educação integrada)

+ SAÚDE

- Atendimento médico ampliado
- Hospital Amaral Carvalho (Ambulatório de Quimioterapia)
- CEAMA+ (parceria com o Funssol para atendimento aos autistas)

+ MOBILIDADE

- Requalificação asfáltica em mais de 30 km de vias públicas
- Mais acessibilidade aos cidadãos
- Conforto e segurança para motoristas e pedestres

+ SEGURANÇA

- Monitoramento 24 horas por dia
- Patrulha Maria da Penha e Botão do Pânico
- Novas viaturas nas ruas

ISSO É CUIDAR

SE A ADMINISTRAÇÃO DE ITU FOSSE UM GESTO, SERIA UM ABRAÇO.

+ TRABALHO POR ITU

Várias outras realizações nas áreas de mobilidade urbana, acessibilidade, abastecimento hídrico, meio ambiente, desenvolvimento e muito mais. As melhorias na cidade nunca param.

Cuidar das pessoas. Esse é o nosso compromisso.

itu.sp.gov.br
prefeituraitu

Itu PREFEITURA

Revista Campo&Cidade
REGP.C.R.P.J./Itu-SP.MIRC 4279
Ed. nº 161 - Julho/Agosto de 2026

Jornalista Responsável:
João José "Tucano" da Silva
MTb: 24.202

Edição:
João José "Tucano" da Silva

Colaboradores:
André Roedel, Antonio Rafael Júnior, Beatriz Pires, Jonas Soares de Souza e Rodrigo Tomba

Fotografia:
André Roedel, Rodrigo Tomba, Simone Armanhe e Tucano

Capa:
"Fiel da Balança"
Capa projetada pela magnific.com

Diagramação:
Roberto Gonçalves da Silva
artecampoecidade@gmail.com

Revisão:
Fátima Elaine Marqui da Silva

Publicidade:
UNICOM - Unidade de Comunicação Ltda.

Impressão:
Igil - Indústria Gráfica Itu Ltda.

Tiragem:
6.500 exemplares

Realização:

Avenida Palmeira Real, nº 740
Alto das Palmeiras - Itu/SP - CEP 13301-310
Fones (11) 4022.0503/4013.3733/99948.0068
www.campoecidade.com.br
campocidade@uol.com.br

Órgão de Comunicação declarado de **Utilidade Pública** pela Lei Municipal nº 228 de 13.05.02.

Proibida a reprodução total ou parcial desta publicação sem prévia autorização.

ÍNDICE

As primeiras faculdades de Direito do Brasil.....08
OAB Itu completa 50 anos em defesa da advocacia.....14
No seu cinquentenário, OAB Itu inaugura nova sede.....22
Entre a pena e a toga: juristas que moldaram o Brasil.....28
Entre o Direito e o Jornalismo.....34
A presença das mulheres na história da advocacia.....38
Livro relata o silêncio das mulheres diante da Justiça no século 19 em Itu.....44
A importância histórica da Comarca de Itu..48

Protagonismo do Direito no Brasil

São quase 200 anos de história que teve início em 11 de agosto de 1827 com a fundação das duas primeiras faculdades de Direito do País, data consagrada como o "Dia do advogado"

Por iniciativa do imperador D. Pedro I, no Brasil, os cursos jurídicos encontraram "solo fértil" na província de Pernambuco - Olinda - e na capital da província paulista quando foram dados os decisivos primeiros passos para protagonizar a advocacia no País e, em termos acadêmicos, preparar a futura elite brasileira.

O leitor tomará conhecimento de todos os detalhes relativos a isso na matéria da página nº 8: "As primeiras faculdades de Direito do Brasil". Esse episódio marcante contou inclusive com a significativa participação do ilustre ituano Francisco de Paula Souza e Mello, personagem homenageado como fundador emérito da Faculdade de Direito do Largo São Francisco, famosa "Arcadas" da capital Paulista. Como de praxe, Itu/SP sempre esteve presente em acontecimentos relevantes e decisivos do desenvolvimento e da história do Brasil.

De relevância também no sentido histórico foi a fundação, há 50 anos, da OAB Itu-53ª Subseção, em 10 de abril de 1976, entidade que teve como primeiro presidente o ituano Ermelindo Maffei, considerado até hoje como um dos causídicos mais respeitados da advocacia ituana, principalmente pelas suas brilhantes defesas nos tribunais de causas de humildes operários e de pessoas menos favorecidas. Com devido mérito, isso lhe rendeu o epíteto de "Advogado dos pobres".

A entidade fundada por ele ao lado de vários outros conceituados defensores de Itu e região, em novembro deste ano deverá inaugurar a sua nova sede, um marco na gestão presidencial do advogado Rodrigo Tarossi na comemoração deste cinquentenário.

Com relação a renomados ícones brasileiros jurisconsultos ao longo da história da advocacia estão Rui Barbosa, Clóvis Beviláqua, Evaristo de Moraes e José Bonifácio de Andrada e Silva, "o moço", que inclusive chegou a morar no então distrito de Salto que, naquela época, pertencia ao município de Itu.

O ex-escravizado, autodidata, rábula (exerceu advocacia sem ter tido formação jurídica) e jornalista Luís Luís Gonzaga Pinto da Gama honrou a classe como um grande exemplo a ser seguido e reverenciado por todos que exercem essa digna profissão, abençoada por Santo Ivo, padroeiro dos advogados. Luís Gama conquistou a sua própria liberdade e, posteriormente, a de mais de 500 outros subjugados como ele próprio, vendido como cativo pelo pai, aos 10 anos de idade. Luís Gama foi um emblemático homem que lutou incansavelmente por Justiça!

Houve também aqueles advogados que lutaram por ela, atuando de forma notável como exímios jornalistas na imprensa brasileira, "pautados" pela liberdade durante a escravidão e nos regimes de exceções vividos no Brasil, momentos em que havia "requintes" de exacerbada violência e crueldade. Vários deles travaram acirrada luta pela abolição da escravatura, outros, posteriormente, em defesa de perseguidos durante o governo de Getúlio Vargas e, anos mais tarde, no período do golpe militar da década de 1964.

A inteligente e esplêndida atuação de mulheres na advocacia brasileira também é digna de respeito e aplausos. A intuição, o bom senso e principalmente a sensibilidade feminina têm feito a diferença quando o assunto é fazer justiça. Veja na matéria "A presença das mulheres na história da advocacia brasileira" na página nº 40.

O advogado e historiador ituano, Fabiano Quicoli, relatou à reportagem da Revista Campo&Cidade detalhes interessantes sobre o seu livro "O véu Espesso do Direito sobre a Mulher do 2º Reinado", trabalho literário inspirado nos antigos documentos cartoriais da Comarca de Itu, hoje sob a guarda da Universidade de São Paulo (USP), depositados no acervo do Museu Republicano Convenção de Itu-MP.

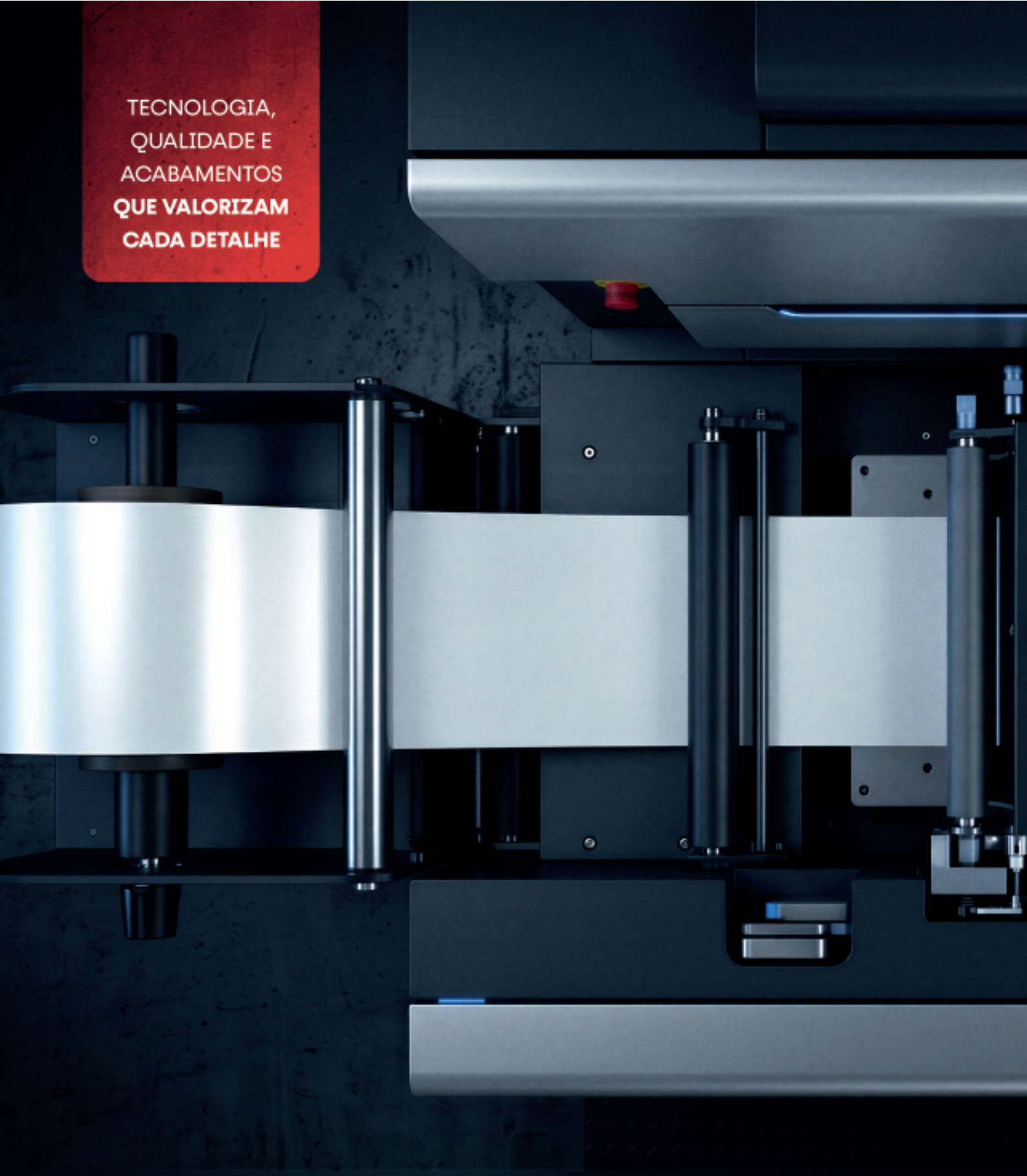
Simone Armanhe

Imagem de Ivo Hélory de Kermartin (1253-1303), padroeiro dos advogados, presente no saguão da Faculdade de Direito de Itu - FADITU

Convidado especialmente pela Revista Campo&Cidade, o desembargador ituano do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, Dr. Antonio Rigolin, bate o "martelo" e finaliza esta edição que trata da história do Direito no Brasil com um belo artigo sobre as 16 colunas de granito vermelho do Salão dos Passos Perdidos do Palácio da Justiça de São Paulo, valioso material arquitetônico extraído dos matacões - rochas de formato arredondados - presentes em Itu.

A chamada de capa desta edição faz alusão ao "peso" histórico do Direito no Brasil em razão de sua grandeza, importância, responsabilidade e relevância como ciência e instrumento de justiça na sociedade. A bela capa foi batizada de "Fiel da balança".

João José "Tucano" da Silva
Editor responsável



TECNOLOGIA, QUALIDADE E ACABAMENTOS **QUE VALORIZAM CADA DETALHE**

Há três décadas, a Indemetal Gráficos transforma rótulos **em valor, presença e percepção de marca**

INDEMETAL®
GRÁFICOS

Identificando seu produto **desde 1978**

turma.ag

30 anos
de boas impressões

Soluções personalizadas, precisão e experiência para transformar cada projeto em um rótulo que **se destaca, conecta e agrega valor ao produto.**

TÜV NORD
TÜV NORD Brasil
ISO 9001

@grupoindemetal

+55 11 4013 6644

/grupoindemetal

indemetalgraficos.com.br

Vista aérea das instalações da Porcher do Brasil, indústria têxtil inaugurada em 1976 na Avenida Caetano Ruggieri, nº 4153, Parque das Rosas

Porcher do Brasil comemora 50 anos entre fios, pessoas e inovações tecnológicas

Instalada em Itu/SP desde 1976, a empresa atravessou cinco décadas de profundas transformações econômicas, tecnológicas e industriais, consolidando sua trajetória com investimentos em especialização, inovação e, sobretudo, em pessoas. No dia 10 de julho de 2026, justamente no mês em que a empresa completou 50 anos de fundação em, Itu/SP, iniciou-se um novo capítulo de sua história sob uma nova estrutura acionária, com a participação de uma família ituana.

Há histórias industriais que podem ser contadas por números, metros quadrados, mercados atendidos, concorrências, máquinas, produtos e marcas sofisticadas. A história da Porcher do Brasil também cabe nesses indicadores. Mas, para compreender como uma empresa chega a meio século de atividades com sucesso, é preciso olhar para além deles. É preciso olhar para as pessoas.

Para quem ajudou a instalar a indústria em Itu, para quem cuidou da empresa, para quem começou como aprendiz e para os diretores, técnicos e profissionais dos setores administrativos, do chão de fábrica e, sem dúvida, todos aqueles que não mediram esforços, suaram a camisa, e transformaram conhecimento, empenho e dedicação em parte dessa história. A Porcher do Brasil iniciou sua trajetória em solo brasileiro em meados da década de 1970, implantando no município ituano uma tecelagem de tecidos de vidro. Atualmente a indústria têxtil ocupa 26 mil metros quadrados e atende diferentes segmentos industriais. São 50 anos de uma história marcada por desafios, transformações e significativas conquistas.

Arquivo Porcher do Brasil - reprodução Tucano

Inauguração da Porcher do Brasil - 1976. Da esquerda para a direita: o então prefeito Olavo Volpato, Robert Porcher, radialista Eduardo Balás, monsenhor Camilo Ferrarini e o vereador Dito Roque (PSD), ao fundo

Olavo Volpato conhece os primeiros capítulos dessa história. Eleito prefeito de Itu em 1976 (PSD) e, anos depois, executivo da própria Porcher do Brasil, participou do processo que

Arquivo Porcher do Brasil - reprodução Tucano

A Porcher do Brasil veio para o País para instalar seu complexo industrial e adquiriu da Prefeitura um terreno próximo à Portaria Sul do condomínio residencial Terras de São José durante o governo Piunti onde hoje funciona a hípica. Diante da preocupação com a instalação de uma indústria têxtil naquele local, o empreendedor do condomínio, Jacob Federmann, do Grupo Senpar, propôs a mudança da indústria e adquiriu outro terreno, com cerca de 26 mil metros quadrados, mais que o dobro da área, para viabilizar a instalação da Porcher do Brasil

Tucano

Diferente das tecelagens voltadas à indumentária, a Porcher do Brasil é especializada na fabricação de tecidos e materiais técnicos para diferentes segmentos da indústria. Suas soluções estão presentes em aplicações que vão de coletes balísticos, blindagem automotiva e equipamentos militares a mochilas, jaquetas, calçados, correias, lonas para caminhões, coberturas, toldos, embarcações, pisos vinílicos e materiais para isolamento

Setor de armazenamento de produtos fabricados pela Porcher do Brasil. Depois de concluídas as etapas de produção e controle de qualidade, os materiais são preparados para atender clientes de diferentes segmentos industriais

ajudou a definir o endereço da companhia. Sua chegada ocorreu quando o município ainda era fortemente marcado por pujante atividade industrial e ostentava a tradição principalmente no setor têxtil com grandes e tradicionais tecelagens.

A Porcher do Brasil chegou para crescer e fazer história. Para Eliseu Cardoso, atual diretor-geral da empresa, uma das decisões mais importantes dessa trajetória foi justamente não se acomodar ao modelo inicial.

A produção avançou para novas fibras, processos e aplicações especializadas. "Essa decisão de fugir das *commodities* e investir cada vez mais em especialidades foi fundamental para a nossa trajetória", justificou. A diversificação abriu novos mercados e fortaleceu as soluções têxteis de alto desempenho industriais.

Diferente das tecelagens tradicionais que produzem tecidos para indumentária, a Porcher do Brasil produz vários artigos têxteis, tecidos técnicos, telas de reforços, fios retorcidos, fios emborrachados, muito deles com acabamentos químicos combinados com fios de vidro, aramida, poliéster, acrílico e poliamida usados no mercado automotivo, industrial, aeronáutico, proteção balística e construção civil,

Pessoas por trás do sucesso da empresa

Entre os nomes importantes na consolidação da Porcher do Brasil em Itu está o contador do município, José Paulo Tarchiani. Na época em que a companhia ainda era uma multinacional francesa, Tarchiani atuava como gerente delegado (procurador) das empresas integrantes do grupo francês - Porcher Industries, Porcher Tissagens e Robert Porcher - e era um dos homens de inteira confiança do conglomerado industrial. Com autorização para conduzir os assuntos da empresa no Brasil, esteve durante anos à frente da administração e desempenhou papel central na estruturação e nos primeiros anos das operações brasileiras. Tarchiani faleceu em 21 de fevereiro de 2024.

Hoje, seu filho, Ricardo Schincariol Tarchiani, recorda a dedicação do pai e a relação construída entre ele e a família francesa, a Tarchiani Contabilidade e Serviços Contábeis e a Porcher do Brasil, uma parceria mantida ativa até hoje a qual também se tornou parte da memória histórica de ambas as empresas.

Decio Elias Miguel foi o primeiro diretor brasileiro que assumiu a gestão da empresa, em 1996, e construiu o seu legado com sucesso na empresa até meados de 2025. Olavo Volpato, 81 anos, chegou à empresa em 1985 para assumir a função de gerente administrativo e financeiro por seis meses. Ficou 34 anos, passando pelas áreas administrativa e de recursos humanos.

Ao recordar aquelas décadas, fala principalmente de pessoas. Lembra de Licordo Bernardino de Assis, jardineiro que também atuava como vigia. "Era um senhor como alguém da família Porcher. Querido e considerado por todos os funcionários e diretores, contou Volpato. Ele recordou ainda que Alysson Horschustz de Castro, 43 anos, que chegou à empresa com apenas 11 anos de idade, atuando como guarda mirim , vindo da Associação da Guarda Mirim de Itu, depois, trabalhou como aprendiz e construiu sua carreira no departamento de compras da empresa até hoje, e Nívea dos Santos Gaeta, técnica química supervisora de qualidade que teve papel importante na implantação no ano de 2000 do Sistema de Gestão de Qualidade ISO 9001:2015, o qual garante qualidade do produto final.

Arquivo Porcher do Brasil - reprodução Tucano

José Paulo Tarchiani, Leontino Francato e Olavo Volpato durante a inauguração da Porcher do Brasil, em Itu, em 1976. Tarchiani era o homem de confiança do grupo francês Porcher, Francato foi o primeiro gerente administrativo e financeiro da empresa e Volpato era prefeito de Itu naquela época

Tucano

Diretor-geral da Porcher do Brasil Eliseu Cardoso, ao lado dos representantes do novo grupo acionista, Isabela Silveira e Francisco Benedito da Silveira Filho (à direita)

Arquivo Porcher do Brasil - reprodução Tucano

Da esquerda para a direita Eliseu Cardoso (diretor-geral da Porcher do Brasil), Gilles Dias (vice-presidente Operacional Porcher Industrie) e Décio Elias Miguel (ex-diretor da Porcher do Brasil) durante a JEC World 2025, em Paris, França, um das maiores feiras da indústria de materiais compósitos do mundo. JEC Composite Promotion College é uma organização francesa sem fins lucrativos que historicamente promove esse setor industrial

"A Porcher do Brasil foi uma das primeiras indústrias ituanas a implantar o Sistema de Gestão de Qualidade ISO no município", lembrou o ex-prefeito. Ele contou ainda que a empresa também foi uma das pioneiras a servir refeições industriais aos seus colaboradores no local de trabalho.

São histórias individuais de vários colaboradores que ajudam a explicar uma trajetória de conquistas coletivas, construídas a várias mãos, de uma tradicional empresa que há 50 anos passou a fazer parte da história de Itu.

Nestas cinco décadas, a Porcher atravessou crises econômicas, mudanças tecnológicas e novas formas de produzir e competir. O diretor-geral é categórico ao explicar que essa longevidade combina experiência e inovação. "Somos uma empresa criativa e ágil no desenvolvimento de novos produtos e soluções", afirmou, destacando também o conhecimento técnico da equipe e as relações de confiança com seus respectivos clientes e fornecedores. É uma valiosa e incontestável síntese de meio século de atividades a qual une experiência para saber fazer e incrível disposição para continuar aprendendo.

Novos desafios

Para o futuro, a direção da Porcher do Brasil pretende ampliar sua eficiência e presença internacional, mantendo inovação, sustentabilidade e responsabilidade social como parte da estratégia. E as pessoas continuam no centro dessa desafiadora construção. "Nenhum projeto de desenvolvimento pode prosperar sem o envolvimento das pessoas", afirmou o diretor-geral.

No mês em que a empresa completou 50 anos, julho, a mesma foi vendida para um fundo de investimento de uma família ituana.

É nesse ponto que passado e futuro se encontram para concretizar auspicioso projeto industrial que vem sendo "tecido e costurado" de forma magistral. No francês que trouxe a indústria, no contador que se tornou seu "braço direito" no Brasil, no prefeito que ajudou a viabilizar sua instalação e depois e se dedicou de corpo e alma durante 34 anos na empresa, no estimado jardineiro, no aprendiz ex-guarda mirim e, sem dúvida, nos demais colaboradores que, hoje, "tecem" novos caminhos.

Depois de 50 anos, a Porcher do Brasil continua a produzir em seus teares, emblemática história marcada pela capacidade de realizar mudanças, transformações e evoluir sem romper os fios de vínculos entre gerações de colaboradores.

Em 1976, a indústria têxtil francesa encontrou em Itu um "porto seguro" para atracar, fincar raízes e edificar sua produtiva tecelagem, atividade industrial que gera empregos, renda e divisas econômicas, além de projeção do nome do município no Brasil e exterior.

Na fábrica da Porcher do Brasil, os tecidos dão origem a soluções para diferentes segmentos industriais. Com aplicações em revestimentos de cilindros, correias e peças técnicas, esses materiais atendem setores como o alimentício, têxtil, químico e eletroeletrônico. Entre as soluções estão os fios retorcidos impregnados com borrachas de altíssima resistência ao calor, destinados à fabricação de correias sincronizadoras

Fios, tecidos de nylon, tecidos de vidro e outros materiais técnicos integram o portfólio da Porcher do Brasil. Desenvolvidos para diferentes aplicações industriais, os produtos atendem às necessidades específicas de diversos segmentos com alta tecnologia, resistência e desempenho

As primeiras faculdades de Direito do Brasil

Coimbra moldou o bacharelismo brasileiro e influenciou a formação da elite letrada que dominou a administração pública no Império

Os primeiros cursos de Ciências Jurídicas e Sociais do Brasil foram criados em 11 de agosto de 1827 por lei de Dom Pedro I. Surgiram simultaneamente duas faculdades destinadas a formar a elite administrativa e consolidar o Estado nacional: uma em São Paulo, instalada no Convento de São Francisco, e outra em Olinda, Pernambuco, no Mosteiro de São Bento - posteriormente transferida para o Recife/PE. Até então, os brasileiros que desejavam estudar Direito precisavam recorrer à Universidade de Coimbra, em Portugal, que se tornou o berço da elite intelectual e política responsável por conduzir o Brasil à Independência e estruturar suas primeiras instituições jurídicas.

Fundada em 1290 e reformada em 1772 pelo Marquês de Pombal, Coimbra foi o principal centro formador de juristas luso-brasileiros durante o período colonial e nos primeiros anos após a independência, já que Portugal não permitia universidades em suas colônias. Entre os brasileiros que ali estudaram, destacam-se José Bonifácio de Andrada e Silva, o "Patriarca da Independência"; Gonçalves Ledo, advogado e político liberal; Hipólito José da Costa, jornalista e diplomata fundador do Correio Braziliense; e Evaristo da Veiga, poeta, jornalista e político. Além deles, pensadores portugueses como Silvestre Pinheiro Ferreira exerceram grande influência sobre o pensamento jurídico e político brasileiro.

A "Escola do Recife"

A criação das faculdades nacionais atendeu à demanda por autonomia logo após a Independência de 1822, permitindo ao País desenvolver sua própria cultura jurídica e formar a classe política. Os estatutos e currículos foram fortemente inspirados nos de Coimbra, reproduzindo práticas acadêmicas portuguesas e mantendo a ênfase no direito romano e canônico. Essa herança moldou o bacharelismo brasileiro, criando uma elite letrada que dominava a política e a administração pública. Mesmo após 1827, a tradição coimbrã continuou a marcar profundamente a formação jurídica no Brasil.

O funcionamento inicial foi precário, com aulas ministradas em mosteiros cedidos por ordens religiosas. A instituição de Olinda, transferida em 1854 para o Recife, deu origem à atual Faculdade de Direito da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), enquanto a de São Paulo originou a tradicional Faculdade de Direito da USP, no Largo de São Francisco. Por décadas, essas duas escolas mantiveram o monopólio da formação jurídica no País, até o surgimento das faculdades livres no final do século 19.

A Faculdade de Direito de Olinda/Recife passou por diferentes sedes até se instalar, em 1912, no palácio da Praça Adolfo Cirne, onde permanece até hoje. Em 1942, integrou a Universidade do Recife,

Foto User/Dantadd, 2009

Sede da Faculdade de Direito da Universidade Federal de Pernambuco, em Recife

Foto Hans von Manteuffel, 2022

Salão nobre da Faculdade de Direito de Recife

transformada em 1965 na atual UFPE, constituindo hoje o Centro de Ciências Jurídicas. Desde cedo, destacou-se não apenas como escola de bacharéis, mas também como centro de Filosofia, Ciências e Letras, famoso pelos debates que agitavam a sociedade brasileira.

Durante o Segundo Reinado, a instituição alcançou grande prestígio cultural e político. Ali floresceu o movimento intelectual conhecido como "Escola do Recife" ou "Geração de 1871", liderado por Tobias Barreto e Sílvio Romero, célebre pela crítica ao clericalismo e ao neoescolasticismo, bem como pela introdução de doutrinas alemãs (como o monismo e o positivismo) no pensamento nacional.

Entre os alunos e mestres ilustres da Faculdade de Direito do Recife estão Eusébio de Queirós, José Tomás Nabuco de Araújo, Saldanha Marinho, Aristides Lobo, Aníbal Falcão, Clóvis Beviláqua, Braz Florentino, José Soriano de Souza, Epitácio Pessoa, Graça Aranha, Nilo Peçanha, Pardal Mallet e as primeiras mulheres formadas em Direito no País: Delmira Secundina da Costa, Maria Fragoso, Maria Coelho da Silva e Maria Augusta C. Meira de Vasconcelos.

Instituição-chave para o desenvolvimento da Nação

Da Faculdade de Direito de São Paulo, destinada a formar governantes e administradores públicos capazes de estruturar e conduzir o País recém-emancipado, saíram bacharéis presentes em todos os níveis da vida pública nacional: nos quadros do Judiciário, Legislativo e Executivo. Houve muito conflito de opiniões e interesses em relação à localização dos cursos jurídicos, atrasando as suas respectivas instalações. Após acalorada disputa prevaleceu a ideia inicial da criação em Olinda e São Paulo, como defendia o ituano Francisco de Paula Souza e Mello, considerado benemérito fundador das Arcadas.

Foto Hans von Manteuffel, 2022

Sinos na torre do edifício da Faculdade de Direito de Recife

A Academia de Direito paulista instalou-se no Largo de São Francisco em um convento construído por volta do ano de 1647, ao lado das igrejinhas franciscanas que existem até hoje. O velho convento sofreu um incêndio em 1880, tendo sido remodelado com ares mais modernos em 1886. A atual estrutura do prédio é resultado de uma completa reformulação executada em 1930, sendo mantida a arquitetura dos arcos em seu pátio central (razão pela qual é chamada de "Arcadas"), bem como a sepultura de Julius Frank (antigo professor de um curso preparatório para ingresso na São Francisco) e o velho relógio que já ornamentava a entrada do prédio.

O projeto, de autoria de Ricardo Severo, sucessor de Ramos de Azevedo, representou a própria criação do chamado estilo neocolonial, que acrescentou elementos do barroco luso-brasileiro à arquitetura moderna, evocando a tradição cultural do País e lembrando o convento que no século 19 abrigou a instituição. Tombado pelo CONDEPHAAT (Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Artístico, Arqueológico e Turístico do Estado de São Paulo), o prédio hoje abriga um importante acervo cultural: os vitrais da escadaria, produzidos pela Casa Conrado Sorgenicht; o mobiliário do Salão Nobre e da Sala da Congregação, confeccionado no Liceu de Artes e Ofícios de São Paulo; pinturas e esculturas de artistas renomados; e a biblioteca, que se tornou a primeira biblioteca pública de São Paulo bem antes da inauguração da própria Faculdade. A Faculdade de Direito do Largo de São Francisco foi a primeira instituição a integrar a Universidade de São Paulo (USP) no momento de sua criação, em 1934.

USP imagens

Túmulo de Julius Frank, em um dos pátios internos da Faculdade de Direito de São Paulo

Foto de Marcos Santos/USP Imagens

Vitrais da Faculdade de Direito do Largo São Francisco

Mestres e alunos ilustres

Alguns de seus primeiros mestres foram José Maria de Avellar Brotero, professor de Direito Natural, Direito Público, Análise da Constituição do Império, Direito das Gentes e Diplomacia e responsável por proferir a histórica aula inaugural em 1º de março de 1828; Raimundo da Cunha Mattos, militar e intelectual destacado no início do Império; e Lúcio Soares

Teixeira de Gouveia, magistrado de carreira que assumiu cadeiras fundamentais de Direito Civil e Processual.

Entre os alunos das primeiras décadas estão grandes nomes do movimento romântico e da política nacional, como Castro Alves, o célebre "Poeta dos Escravos"; Álvares de Azevedo, um dos maiores expoentes do ultra romantismo brasileiro; José de Alencar, autor dos romances Iracema e O Guarani; Fagundes Varela, poeta expoente da terceira geração romântica; e o Barão do Rio Branco (José Maria da Silva Paranhos Júnior), diplomata que consolidou as fronteiras modernas do Brasil. Com apenas 17 anos, o futuro Barão do Rio Branco ingressou na Faculdade de Direito de São Paulo em 1862, concluindo seus estudos no Recife em 1866. Sua vida boêmia em São Paulo preocupava muito o pai, o Visconde do Rio Branco (um dos maiores estadistas da história brasileira), que temia prejuízos à carreira do filho.

A Faculdade de Direito do Largo de São Francisco formou líderes dos principais movimentos políticos da História do Brasil, desde o Abolicionismo - com nomes como Joaquim Nabuco (que iniciou os estudos nas Arcadas em 1866 e concluiu no Recife em 1870), José Antônio Pimenta Bueno (Marquês de São Vicente, formado na primeira turma, em 1832) e Agostinho Marques Perdigão Malheiro Filho (formado em 1849) - até o Movimento Republicano de Bernardino de Campos, Américo Brasiliense, Prudente de Moraes e Campos Salles. Anos mais tarde, esteve no centro da campanha das Diretas Já! liderada por ex-alunos como Ulysses Guimarães e André Franco Montoro. Das Arcadas também saíram diversos presidentes da República, governadores, prefeitos e incontáveis representantes do Direito e da cidadania. ■

Jonas Soares de Souza

Divulgação/ Prefeitura de São Paulo

Faculdade de Direito de São Paulo à noite

Alunos em frente ao edifício da Faculdade de Direito de São Paulo em 1880

Foto Jean Georges Renouleau, 1880

FADITU (Faculdade de Direito de Itu)

A cidade de Itu oferece dois cursos de Direito, ministrados respectivamente pela Faculdade de Direito do Ceunsp (Centro Universitário Nossa Senhora do Patrocínio) e pela Faculdade de Direito de Itu (FADITU). A FADITU, mais antiga, foi fundada em 11 de agosto de 1969, contando com um corpo docente formado em sua grande maioria por professores da Faculdade de Direito do Largo de São Francisco (USP), o que lhe valeu o apelido carinhoso de "Francisquinho". O estadista Ulysses Guimarães inaugurou a disciplina de Direito Municipal, e renomados doutrinadores como Júlio Fabbrini Mirabete e Maria Helena Diniz integraram o seu corpo docente. Grandes nomes do Direito brasileiro lecionaram na FADITU, entre eles José Loureiro Júnior, Goffredo da Silva Telles Jr., Geraldo Ataliba Nogueira, Theófilo Cavalcanti Filho, Ignácio da Silva Telles, Georgette Nacarato Nazo, José Afonso da Silva e Michel Temer. A FADITU figura entre as primeiras faculdades do País a lecionar novas áreas do Direito, como Direito Agrário, Ambiental, Biodireito e Direito da Informática. Sua entidade mantenedora é a Organização Sorocabana de Assistência e Cultura Ltda. (OSAC). ***(J.S.S.)***

USP Imagens

Goffredo da Silva Telles Júnior - O ilustre jurista concedeu à FADITU a honra de inaugurar sua trajetória acadêmica ao ministrar a aula inaugural. Ele não foi um professor regular da instituição, mas a inaugurou com a sua aula magna e recebeu o título de Professor Emérito da FADITU. Sua carreira docente oficial de 45 anos ocorreu inteiramente na Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo (USP), no Largo São Francisco

FADITU/Divulgação

Edifícios da FADITU

DESDE **1969**

57 FADITU

FACULDADE DE DIREITO DE ITU

Construindo o *futuro* de muita *gente*.

Programa de **Bolsas ENEM**

DÊ UM "PLAY" EM SUA CARREIRA. INSCREVA-SE

Acesse: faditu.edu.br

FIES Fundo de Financiamento Estudantil

PROUNI Programa Universidade para Todos

CredIES FADITU

MAISACESSO CRÉDITO EDUCACIONAL

FADITU

Avenida Tiradentes, 1817
Parque Industrial – Itu/SP
(11) 4024-9500
www.faditu.edu.br

faditu oficial faditu

A aluna Maria José Resende sendo cumprimentada pelo então promotor de justiça e professor de Direito Penal, Dr. Paulo Cirilo, durante a formatura da FADITU, na década de 1983

A formanda recebendo os cumprimentos do então juiz de direito da 1ª Vara da justiça da Comarca de Itu e também professor de Direito Civil, Dr. Olavo Silveira Camargo

Outorga da colação de grau da atual advogada Maria José Resende

A Bacharel durante a sua formatura. À sua direita, a aluna Sônia Maria Leis Savioli, o advogado Hermelindo Maffei e o então juiz de direito e professor de Direito Processual Civil, Dr. Antonio Rigolim, atualmente desembargador do Tribunal de Justiça Estado de São Paulo

BOAS LEMBRANÇAS DA FACULDADE DE DIREITO DE ITU

Todo dia é dia de lembrar um dia que já se foi, mas deixou marcas profundas que nos transportam a momentos inesquecíveis. E, neste momento, a minha lembrança retorna no tempo e faz suave pausa na época do nosso curso de Direito na FADITU - Faculdade de Direito de Itu. Nela, encontramos colegas que aguardavam a apresentação dos professores que compareciam para transmitir conhecimentos das matérias e do trabalho a ser executado. Tive o privilégio de ter professores competentes que contribuíram para a minha formação acadêmica. Foram anos de muito trabalho e dedicação.

Agradeço aos professores todo o apoio e interesse em garantir a preparação para defender o Direito e a Justiça.

Advogada Dra. Maria José Rezende

A aluna Maria José ao lado do marido Milton Resende, ex-diretor comercial da Starrett Industria e Comércio Ltda., e da sua filha Márcia

A advogada Maria José Resende foi homenageada pela Associação dos Advogados de Itu em 2023. Ao seu lado estão Airton Luiz Zamignani (presidente da Diretoria da Associação dos Advogados de Itu), Sebastião Romagnolo (vice presidente) e João César de Oliveira Rocha Filho (presidente do Conselho Deliberativo)

Há 41 anos Dr. Luiz Antonio Nunes Mantém estreita ligação com a FADITU, primeiro como aluno e até hoje como professor de Direito Processual

Tucano

MEIO SÉCULO DE REPRESENTATIVIDADE NA CIDADE DE ITU!

História "cingida" por desafios e momentos de significativos avanços e vitórias estão presentes nestes 50 anos de fundação da OAB Itu-53ª Subseção. Desejamos que "ventos" favoráveis continuem a soprar sobre os anos vindouros da entidade e que eles sejam "pautados" igualmente com acontecimentos positivos e novas conquistas em benefício da classe advocatícia ituana e da sociedade.

Homenagem: **Dr. Luiz Antonio Nunes** • Advogado, promotor de Justiça aposentado e professor de Direto Processual Civil

Fotos: Arquivo Faculdade de Direito de Itu - FADITU

Colação de grau do Dr. Luiz Antonio Nunes presidida pelo então Juiz de Direito da 1ª Vara da Justiça da Comarca de Itu/SP e também professor de Direito Civil, Dr. Olavo Silveira Camargo (ao centro), em 14 de dezembro de 1976

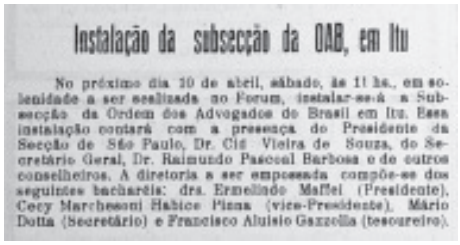
OAB Itu completa 50 anos em defesa da advocacia

Trajetória marcada por relevantes acontecimentos e conquistas em defesa da classe advocatícia e da sociedade ituana

A OAB (Ordem dos Advogados do Brasil) Itu - 53ª Subseção foi fundada em 1976, oficializando assim a criação de uma estrutura voltada às demandas da categoria no município. Até então, os profissionais ituanos estavam diretamente vinculados à subseção de Sorocaba/SP, situação que dificultava uma atuação mais próxima das particularidades e necessidades locais. A instalação da Subseção representou um novo momento para a categoria, iniciativa que proporcionou maior autonomia, proximidade institucional e condições para atuação mais efetiva na defesa das prerrogativas da classe.

As conversas iniciais para a implantação da OAB Itu tiveram início semanas antes da fundação, durante um churrasco na casa do advogado criminalista Raimundo Pascoal Barbosa, cearense casado com a ituana Maria Cecília Galvão Barbosa, quando um grupo de causídicos entregou a Cid Norberto Vieira de Souza, então presidente da seccional paulista, o pedido para a abertura da Subseção. Primeira mulher vereadora em Itu e também a primeira a exercer a profissão como advogada, Maria Lúcia Almeida de Marins e Dias Caselli recorda que sua residência, conhecida como Casa Imperial, localizada na Praça Dom Pedro I (Largo São Francisco), no Centro, também foi outro local importante para a fundação da entidade.

Fotos: Reprodução



Instalação da subsecção da OAB, em Itu

No próximo dia 10 de abril, sábado, às 11 hs., em solenidade a ser realizada no Forum, instalar-se-á a Subsecção da Ordem dos Advogados do Brasil em Itu. Essa instalação contará com a presença do Presidente da Secção de São Paulo, Dr. Cid Vieira de Souza, do Secretário Geral, Dr. Raimundo Pascoal Barbosa e de outros conselheiros. A diretoria a ser empossada compõe-se dos seguintes bacharéis: drs. Ermelindo Maffei (Presidente), Cecy Marchesoni Habice Pinna (vice-Presidente), Mário Dotta (Secretário) e Francisco Aluisio Gazzolla (tesoureiro).

Edição de nº 3.718 do jornal "A Federação", datada de 03 de abril e 1976, noticiava a instalação da subseção ituana da OAB

Ata de posse da primeira diretoria da OAB Itu redigida pela advogada Maria Lúcia Almeida de Marins e Dias Caselli

Em reunião ocorrida no salão da residência que contou com a presença de advogados locais, como Maria Lúcia e Ermelindo Maffei, além de parte expressiva do foro criminal paulistano e conselheiros da seccional, entre eles Mário Sérgio Duarte Garcia, Márcio Thomaz Bastos - que posteriormente se tornaria ministro da Justiça -, José de Castro Bigi, Carmo Domingos Jatene e Cantídio Salvador Filardi, o pleito dos ituanos foi levado em frente. A nova subseção tinha como sede a comarca de Itu, mas englobava também as respectivas comarcas dos municípios paulistas de Salto, Porto Feliz e Indaiatuba. Hoje, todos com subseções próprias.

A eleição para a primeira diretoria ocorreu em dezembro de 1975 e foi secretariada por Renê Paschoal Liberatore e Umberto Di Ciero.

Tucano

Coleção Maria Lúcia Almeida de Marins e Dias Caselli

Maria Lúcia Caselli foi advogada e vereadora, além de ter atuado como procuradora da Prefeitura de Itu em diferentes gestões. Na foto à direita, ainda jovem durante a formatura do seu curso de Direito

CINQUENTENÁRIO DA OAB-ITU

Neste meio século de fundação da OAB ITU-53ª SUBSEÇÃO, a atual diretoria presidida pelo causídico Dr. Rodrigo Tarossi cumprimenta a todos os advogados e demais profissionais colaboradores que atuam nos escritórios de advocacia e demais setores no município pelas suas respectivas dedicadas atuações, as quais enobrecem e fortalecem a classe profissional na defesa incondicional do Estado Democrático de Direito, pela proteção dos direitos fundamentais, assim como na valorização da prática advocatícia.

https://oabitu.org.br

OAB_Itu ItuOab Canal OAB-Itu OAB Itu

Foram eleitos Ermelindo Maffei, de Itu, como presidente; Cecy Marchesoni Habice Pinna, de Porto Feliz, como vice-presidente; Mário Dotta, de Salto, como secretário, e Francisco Aluízio Gazzola, de Itu, como tesoureiro. A posse ocorreu em 10 de abril de 1976 no Fórum "Juiz Antônio de Souza Barros". A cerimônia reuniu autoridades civis e militares, além de representantes da advocacia regional. Maria Lúcia Caselli foi a responsável por redigir a ata de posse da diretoria.

O primeiro presidente da OAB Itu, chamado por todos de Maffei, formou-se em Direito pela Faculdade do Largo de São Francisco, em São Paulo/SP, em 1931, ano em que iniciou sua carreira de advogado de causas trabalhistas, muito ligado a ideias socialistas. Considerado um intelectual honrado por sua obra social, defendendo injustiçados operários e vítimas do sistema capitalista, acabou sendo preso em 1964, acusado de ser subversivo ao regime. Maffei foi defendido pelo seu amigo, o advogado saltense Mário Dotta. Seu filho, o também advogado Mário Dotta Junior, se recorda da amizade entre seu pai e Maffei. Hoje, ele mesmo cultiva laços com a comunidade do direito ituano. "Tenho grandes amigos entre os advogados ituanos, os mais antigos em virtude dessa convivência e, os mais novos, pelo relacionamento que tivemos no período em que lecionei na Faculdade de Direito de Itu - FADITU."

Arquivo Revista Campo&Cidade

Ermelindo Maffei, primeiro presidente da OAB Itu, na ocasião em que discursava no coreto da Praça Padre Miguel (Largo da Matriz), em Itu

Recordações

Presidente da OAB Itu entre 2001 e 2003, o advogado Edward Gabriel Acuio Simeira se recorda que, quando era juiz, a subseção funcionava praticamente em uma pequena sala cedida pelo Poder Judiciário, localizada nas dependências do fórum local. Segundo Simeira, essas limitações comprometiam a administração da entidade. Ao assumir a diretoria do Fórum, ele conseguiu viabilizar a construção de um anexo, existente até hoje, equipado com duas salas maiores. Após se aposentar e retornar à advocacia, foi eleito presidente da subseção e conseguiu a locação de uma casa próxima ao Fórum. "Com isso, ampliou-se a capacidade administrativa da entidade, inclusive com a melhoria do sistema de atendimento pela justiça gratuita, que exige espaço adequado para receber o público", concluiu.

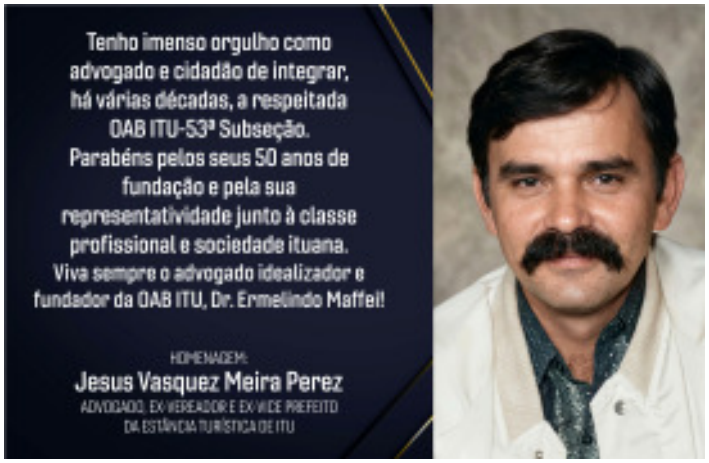
A advogada Lídia Maria Del Rio Gatti, hoje aposentada, conta que foi contratada em 1975 para exercer a função de secretária na sala dos advogados, tendo sido a primeira funcionária da entidade. "Esse período foi muito importante para mim, pois eu estava me preparando para o vestibular do curso de Direito", conta ela, destacando os aprendizados obtidos para a profissão que exerceria no futuro. Lídia, que entre 1982 e

Arquivo Jornal Taperá

O advogado saltense Mário Dotta defendeu Maffei na ocasião em que o ituano foi preso durante a ditadura militar. Na foto, o causídico Dotta discursou durante o lançamento do livro "Defesa de um advogado", inspirado neste caso jurídico

Arquivo OAB Itu

A inauguração da Casa do Advogado no início dos anos 2000 reuniu diversos profissionais e autoridades. O ex-presidente da OAB Itu, Edward Simeira (primeiro à esquerda), foi responsável pela locação do imóvel que ficava localizado na Rua Cuiabá, no Bairro Brasil



IMENSO ORGULHO PROFISSIONAL!

Confesso de coração o imenso orgulho que sinto em desempenhar o cargo de presidente da OAB ITU-53ª SUBSEÇÃO neste ano em que a entidade comemora 50 anos de história, importantes realizações e grandes conquistas.

Agradeço a todos que contribuíram de forma direta e indireta ao longos destas cinco décadas para o crescimento e a consolidação dessa conceituada instituição que tem pautado pela ética, respeito e fortalecimento da classe dos advogados no município de Itu/SP.

Histórico Jubileu de Ouro!

Advogado e presidente Rodrigo Tarossi

Rodrigo Tarossi

Sociedade de Advogados

www.rodrigotarossi.adv.br

Coleção Mirna Bicalho

Antes ligados à OAB de Itu, em 05 de março de 1987, os advogados saltenses passaram a constituir a 157ª Subsecção da OAB-SP. Foi uma grande vitória para a classe. A foto traz a primeira Diretoria da OAB Salto, que foi empossada por Ermelindo Maffei. Da esquerda para a direita: Delermo Terêncio Bertani (tesoureiro), Mário Dotta Junior (secretário), Ermelindo Maffei (presidente da 53ª Subseção - Itu), José Messias Ticiani (vice-presidente) e João de Sousa Filho (presidente)

2008 trabalhou como advogada na Gaplan Grupo Empresarial, em Itu, também destaca a atuação ao lado de Ermelindo Maffei. "Era um profissional muito querido por todos, humilde, bondoso, extremamente humano. Ele deixou um grande legado".

O ex-prefeito Olavo Volpato (ARENA) destaca a participação efetiva da OAB nos rumos do município. Ele se recorda que, durante seu segundo mandato, a entidade teve papel importante na instalação da Vara do Trabalho no município. Na época, o Governo Federal planejava inaugurar 300 varas do trabalho em todo o Brasil, e a cidade inicialmente escolhida para sediar a unidade responsável pela região era Salto.

A OAB Itu e advogados como Renê Liberatore, Valdemir Barsalini e Agenor Nakazone intercederam junto ao então prefeito, que viajou a Brasília/DF para dialogar com o governo e buscar a transferência da unidade para Itu, o que representaria uma importante conquista para a advocacia local. Como parte desse esforço, a Prefeitura Municipal cedeu funcionários e um prédio localizado na Rua Santa Rita, nº 533, no Centro, onde a Vara do Trabalho, vinculada ao Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região (TRT-15), foi inaugurada em 1º de fevereiro de 1979. Volpato também destaca a atuação da OAB na conquista da 2ª e da 3ª Vara Cível.

Renê Paschoal Liberatore foi presidente da OAB Itu entre 2004 e 2012. Na foto, ele participa de uma cerimônia de entrega das carteirinhas da OAB para novos advogados

Fotos: Arquivo OAB Itu

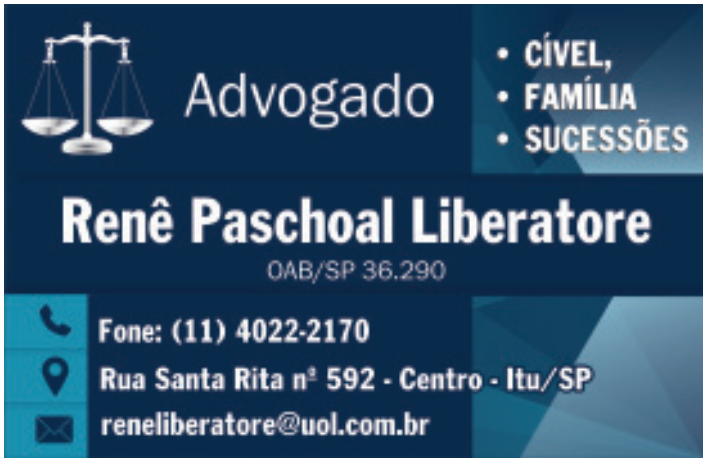
Liberatore ao lado da esposa, Maria do Carmo Stucchi Liberatore, e do ex-presidente da seccional paulista da OAB por três mandatos, Luiz Flávio Borges D'Urso, durante um jantar realizado em março de 2010 para a posse da nova diretoria da OAB Itu

Participação feminina

As mulheres sempre tiveram protagonismo na OAB Itu, mas só foram ocupar a presidência da entidade em 2015, quando a advogada Vivian Medina Guardia assumiu o posto. Primeira mulher a comandar a subseção, Vivian considera o pioneirismo um marco na construção de uma advocacia mais plural e representativa.

"Ser mulher à frente de uma entidade de classe traz uma responsabilidade adicional, a de abrir caminho para que outras advogadas se enxerguem também em posições de liderança, dentro e fora da OAB", afirma. Sua gestão foi responsável pela reforma da sala da OAB no

Advogada Vivian Medina Guardia foi a primeira mulher a ocupar a presidência da OAB Itu, em 2015



ARRUDA & FL
ADVOGADOS

Três gerações, um mesmo padrão

DR. JOSÉ DE ARRUDA
FUNDADOR

PAULO MARCELO DE ARRUDA
SEGUNDA GERAÇÃO

DIEGO CARVALHO DE SOUZA FONSECA
TERCEIRA GERAÇÃO

ENRICO DE SOUZA ÁLVARES LEITE
TERCEIRA GERAÇÃO

A história do escritório começa com o Dr. José de Arruda, decano da advocacia paulista e integrante da primeira turma de Direito da PUC-SP, que fez da palavra empenhada e do rigor técnico o padrão de uma casa inteira. Os princípios que ele estabeleceu — e repassou ao seu filho, Paulo Marcelo de Arruda — continuam orientando o trabalho de hoje: estudo do caso antes da promessa, clareza na comunicação com o cliente e responsabilidade com cada demanda, independentemente de seu porte.

Mais de setenta anos depois, o que era a banca de um advogado tornou-se uma estrutura completa — e a permanência desses valores é o que dá sentido a tudo o que veio depois.

A segunda geração, representada por Paulo Marcelo de Arruda, inicia em 1990 o ciclo de expansão que levou o escritório a São Paulo, Paraná, Rio de Janeiro e Minas Gerais, consolidando a atuação junto ao setor de varejo e estruturando o contencioso de volume.

Diego Carvalho de Souza Fonseca e Enrico de Souza Álvares Leite conduzem hoje a modernização do escritório, dando continuidade a esse legado e projetando a banca para os próximos anos — com a implantação de inteligência artificial e de novas tecnologias aplicadas ao Direito.

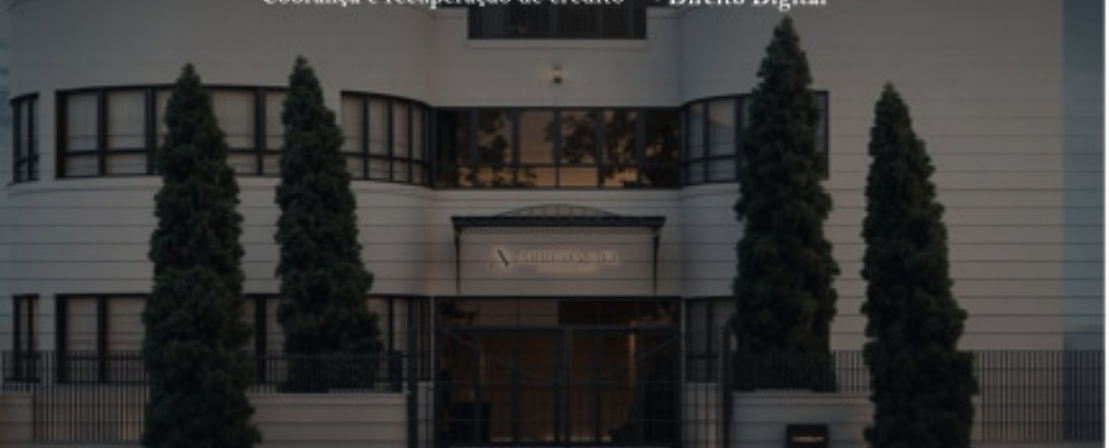
Atualmente, somos uma banca full-service, estruturada para acompanhar o cliente em todas as frentes de sua operação — do contencioso de volume às demandas jurídicas de alta complexidade —, com a mesma exigência técnica em cada uma delas.

A atuação combina o conhecimento profundo do foro local, construído ao longo de mais de sete décadas de crescimento no interior de São Paulo. A partir da sede em Itu/SP, o escritório atende clientes em todo o território nacional e conta, no exterior, com correspondentes internacionais nos principais polos econômicos do mundo.

Tradição local, cultura global

Áreas de atuação

- **Cível e contencioso estratégico**
- **Direito Imobiliário**
- **Cobrança e recuperação de crédito**
- **Societário e M&A**
- **Saúde**
- **Trabalhista**
- **Tributário**
- **Direito Digital**



ENDEREÇO
Rua São Paulo, 85, Itu/SP

E-MAIL
contato@arrudafl.com.br

TELEFONE
+55 11 4022-4155

https://arrudafl.com.br/ @arrudafl (11) 99972-8225

Sede própria, projetada para receber
Um edifício de linhas neoclássicas e adaptado ao trabalho contemporâneo. Cada ambiente foi pensado para que o cliente seja recebido com a mesma seriedade com que o seu caso é conduzido.

O prédio abriga hoje ambientes de atendimento reservados e infraestrutura completa de trabalho — a mesma ideia que orienta a advocacia da casa, traduzida em espaço: tradição e contemporaneidade na mesma medida.

Um dos pontos fortes do escritório, a cobrança extrajudicial, trata o crédito antes do litígio: negociação estruturada, formalização de acordos e recuperação de valores preservando a relação comercial do cliente. A área é gerida diretamente por Paulo Marcelo de Arruda tendo como sócias suas filhas Júlia, Maria Clara e Maria Paula.

Frota própria identificada assegura presença física em audiências, diligências, perícias e na recuperação de crédito presencial em diversos Estados, São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais e Paraná, com previsibilidade de custo e sem depender de terceiros para estar onde o caso exige, tendo Brasília/DF como polo estratégico junto aos Tribunais Superiores.

Fórum de Itu, entre outras ações.

Na sequência, entre 2016 e 2018, a presidência foi novamente exercida por uma mulher, a advogada Liliane Gazzola Faus. Filha do advogado Francisco Aluízio Gazzola, que presidiu a OAB Itu por sete anos, Liliane deu continuidade à tradição familiar. "Meu pai foi uma grande referência para mim. Cresci acompanhando sua dedicação à advocacia e aprendi, com seu exemplo, que exercer essa profissão exige conhecimento, ética, coragem e, sobretudo, respeito pelas pessoas", conta ela. Entre os legados de sua gestão, ela cita a defesa das prerrogativas profissionais e a criação e instalação da Subseção de Cabreúva.

Outros ex-presidentes

Ao longo de cinco décadas, diferentes gestões contribuíram para a consolidação e o crescimento institucional da Subseção. Entre os ex-presidentes estão Ermelindo Maffei (1976-1989), Francisco Aluízio Gazzola (1989-1995 e 1998), Umberto Di Ciero (1995-1998), Getúlio Valdir Lett (1998-2000), Edward Gabriel Acuio Simeira (2001-2003), Renê Paschoal Liberatore (2004-2012), Eduardo Felipe Soares Tavares (2013-2015), Vivian Medina Guardia (2015), Liliane Gazzola Faus (2016-2018) e André Carneiro Sbrissa (2022-2024). O atual presidente, Rodrigo Tarossi, também já havia ocupado a presidência entre 2019 e 2021 e retornou ao cargo no ano passado.

Coleção Nilsa Maria Leis Di Ciero

O advogado Humberto Di Ciero presidiu a OAB Itu entre 1995 e 1998

Coleção família Gazzola

O advogado Francisco Aluízio Gazzola ao lado da esposa Eurídice Angelieri Gazzola, em Paris, na França. Ao fundo, o Arco do Triunfo

À frente da subseção entre 2013 e 2015, Eduardo Felipe Soares Tavares aponta como principal legado de sua gestão a condução da transição para o processo digital. Para ele, a entidade também exerce papel fundamental na defesa do Estado Democrático de Direito, no acesso à Justiça, na fiscalização do poder público e na orientação da população sobre seus direitos. Já para André Carneiro Sbrissa, presidente de 2022 a 2024, cada gestão deixa sua contribuição. "Cada presidente, cada diretor, cada integrante de comissão e cada advogado que participa da vida institucional acrescenta uma página a essa história", afirma o advogado, desejando que a classe nunca perca a capacidade de dialogar, de inovar e, sobretudo, de defender valores inegociáveis: justiça, cidadania, Constituição e dignidade da advocacia. ■

André Roedel

Benedicto Galvão: o ituano que fez história à frente da OAB-SP

Nascido em Itu, em 28 de julho de 1881, o advogado Benedicto Galvão construiu uma trajetória marcada pela superação. Sua história foi documentada no livro "O Infiltrado: Benedicto Galvão - a trajetória do primeiro presidente negro da OAB-SP", escrito por Keila da Silva Santos Rodrigues. Galvão deixou Itu ainda jovem e seguiu para São Paulo, onde conciliou os estudos com o trabalho como auxiliar de escritório e professor.

Posteriormente, ingressou na Faculdade de Direito de São Paulo, formando-se em 1907. Sua trajetória acadêmica e profissional ganhou ainda mais relevância por ter ocorrido em um período marcado por profundas desigualdades raciais. Em 1940, Benedicto Galvão assumiu a presidência da OAB-SP, tornando-se o primeiro presidente afrodescendente da entidade. Ele permaneceu à frente da instituição entre 1940 e 1941, durante o afastamento de Noé Azevedo.

A própria OAB-SP reconhece Galvão como seu primeiro presidente afrodescendente. Hoje, seu nome é lembrado pela OAB-SP por meio do Prêmio Benedicto Galvão, criado para homenagear personalidades que contribuem para a promoção da igualdade racial. Benedicto Galvão faleceu em 13 de junho de 1943, aos 61 anos. **(AR)**

Divulgação

Keila da Silva Santos Rodrigues é autora do livro que conta a trajetória do primeiro presidente afrodescendente da OAB paulista, o ituano Benedicto Galvão

HOMENAGEM AOS 50 ANOS DA OAB ITU

A prosperidade gosta de *silêncio.*

Nossos clientes também.

HALTER MENEZES

ADVOGADOS · ITU/SP

Sósthenes Halter Menezes · OAB/SP 170.311

Flávia M. G. Halter Menezes · OAB/SP 327.528

Av. Alfredo Savi, 300 · Itu/SP · (11) 4023-5588 · www.haltermenezes.com

Fotos: Tucano

O advogado Rodrigo Tarossi, presidente da OAB Itu, em frente ao prédio que abrigará a nova sede da entidade, na Avenida Itu 400 Anos, nº 20, no Bairro Itu Novo Centro

Tarossi ao lado do azulejista Geovane Justino (à direita), colaborador da empresa responsável pela reforma do prédio

OAB Itu deverá inaugurar nova sede no cinquentenário

Advogado Rodrigo Tarossi, presidente da entidade, fala sobre a sua gestão e detalha projetos atuais e futuros da instituição em Itu/SP

No ano em que completa 50 anos, a OAB (Ordem dos Advogados do Brasil) Itu - 53ª Subseção receberá um presente à altura de sua tradição: uma nova sede, mais moderna e espaçosa. Localizado na Avenida Itu 400 Anos, Bairro Itu Novo Centro, prédio que anteriormente abrigou uma agência bancária, fica em frente ao Paço Municipal. A inauguração das futuras instalações da entidade, prevista para novembro de 2026, é um dos principais avanços do segundo mandato do advogado Rodrigo Tarossi à frente da entidade.

A nova sede representa a busca por um espaço mais moderno e adequado às necessidades da advocacia, que hoje conta com a Casa do Advogado, no Bairro Brasil. O prédio simboliza, ainda, o compromisso da OAB Itu com o futuro, oferecendo melhores condições de atendimento aos profissionais e à população.

A novidade deverá oferecer estrutura mais adequada para cursos e reuniões com salas individuais, permitindo maior privacidade nos atendimentos de assistência judiciária. A nova sede contará com um auditório no andar de cima, para a realização de eventos voltados para a advocacia e também para a sociedade. No local, atuarão seis profissionais fixos da área administrativa.

O prédio é alugado porque, segundo Tarossi, o investimento para construção de uma sede própria seria alto demais. A OAB Itu chegou a

anglo
Desafio
Anglo
Para alunos do
6º ANO FUNDAMENTAL II
À 3ª SÉRIE DO ENSINO MÉDIO
26/09 às 9h
Inscrições gratuitas pelos sites
angloitu.com.br ou anglosalto.com.br
anglo
ITU
11 93295-2289
Praça da Independência nº 151
Centro - Itu
anglo
SALTO
11 91893-5067
Avenida Brasília nº 749
Jardim D'Icaraí - Salto

receber a doação de uma área pública municipal no Bairro Vila Nova, mas estudos mostraram que o local era inadequado devido ao porte da entidade e o prazo de construção se expirou.

Atuação

Tarossi iniciou sua participação na OAB Itu após cerca de dez anos de advocacia, a convite do então presidente Eduardo Tavares, para integrar a Comissão de Ética e Disciplina. Posteriormente, na gestão de Liliane Gazzola Faus, assumiu a presidência da comissão até chegar à presidência da subseção. "A Comissão de Ética é um instrumento importante até a nível social. Porque com um advogado preparado, honesto, quem ganha é a sociedade", afirma ele, que foi eleito presidente logo em sua primeira candidatura ao cargo.

Sua gestão inicial como presidente, entre 2019 e 2021, foi marcada pela pandemia de Covid-19, que impôs desafios inéditos à advocacia e acelerou a adoção de ferramentas eletrônicas. Segundo Tarossi, a OAB trabalhou em conjunto com o Poder Judiciário para adaptar procedimentos e manter o atendimento. Após o mandato, ele presidiu o Tribunal de Ética e Disciplina (TED) da região de Sorocaba/SP, que abrange 19 subseções.

O retorno à presidência ocorreu em janeiro de 2025, após uma vitória expressiva de quase 80% dos votos. "Nossa intenção nessa volta foi devolver o protagonismo à OAB, participar de todos os espaços da sociedade civil", afirma. Atualmente, entre os principais desafios está o avanço da inteligência artificial. A entidade tem promovido capacitações e estabelecido orientações para o uso responsável da tecnologia.

Tarossi destaca que a atuação da OAB se divide em frentes institucional, de capacitação e social. No atendimento à população, a Casa do Advogado oferece orientação jurídica gratuita e encaminhamento para a assistência judiciária, com o apoio de advogados voluntários. Segundo ele, foram cerca de 4 mil atendimentos no último ano, metade deles resultando em nomeações de advogados. A 53ª Subseção possui atualmente cerca de 1.351 advogados inscritos.

Arquivo OAB Itu

Membros da atual diretoria da OAB Itu
Manoel Roldan (vice-presidente), Renata Vianna Lourensetto (secretária adjunta), Rodrigo Tarossi (presidente), Débora Gazeta (secretária geral) e Tiago Bragagnolo Morelli (tesoureiro)

Outro desafio apontado pelo presidente é a formação dos novos profissionais. Para ele, a expansão dos cursos de Direito contribuiu para a saturação do mercado e para dificuldades na qualidade do ensino. A OAB procura suprir parte dessa lacuna com cursos voltados à prática profissional, abordando temas como certificação digital, mediação, arbitragem, marketing jurídico e plataformas digitais.

Entre as conquistas recentes da OAB Itu, ele cita a reativação da sala de apoio no fórum, a criação de um espaço para atendimento de idosos na sede do Grupo da Melhor Idade, uma

Tucano

Um dos principais objetivos de Tarossi em sua volta à presidência da OAB Itu foi recuperar o protagonismo da advocacia

sala na Subprefeitura Regional do Pirapitingui e a manutenção de uma sala da Subseção na delegacia, considerada estratégica especialmente para advogados criminalistas.

À frente da subseção no ano em que a instituição completa cinco décadas de sua fundação, Tarossi afirma viver um momento especial. "Eu me sinto privilegiado de participar desse momento histórico. Pessoalmente e profissionalmente, para mim é uma honra representar uma classe tão capacitada como a da advocacia ituana", declara.

Projeto premiado

O Projeto O.L.H.E. (Ouvir, Libertar, Humanizar e Educar), da OAB Itu, busca conscientizar e prevenir casos de violência doméstica. Desenvolvida pelas comissões de Direitos Humanos e da Mulher, em parceria com o Ceunsp (Centro Universitário Nossa Senhora do Patrocínio) e a 1ª Vara Criminal e de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher da Comarca de Itu, a iniciativa foi criada em 2019 na primeira gestão de Tarossi e retomada, em novo formato, em 2023, na gestão de André Carneiro Sbrissa, após a interrupção causada pela pandemia.

O projeto é composto por quatro encontros, incluindo oficinas com vítima e suposto agressor, realizadas em dias alternados na Casa do Advogado, seguidas de três oficinas com estagiários de Psicologia do Ceunsp. Em junho deste ano, a iniciativa foi reconhecida pela OAB-SP como o melhor projeto social do Estado de São Paulo no Prêmio Boas Práticas.

Um dos idealizadores, o advogado Marcos Roberto dos Santos (Marcão), destacou a importância do acolhimento, da orientação jurídica e da conscientização para ajudar a romper o ciclo de violência. Atualmente, ele preside a Comissão de Direito Eleitoral e Relações Políticas da OAB Itu e segue apoiando ações sociais da entidade.

"É muito gratificante ver um projeto do qual participei sendo reconhecido pela OAB-SP. Esse prêmio representa o reconhecimento de um trabalho feito com dedicação e, principalmente, mostra que o projeto está contribuindo para o enfrentamento da violência doméstica e ajudando pessoas que precisam de apoio e orientação", afirma o advogado Marcos Roberto. ■

André Roedel

André Roedel

Em 2023, o Projeto O.L.H.E. foi retomado com uma apresentação na sede do SECOM (Sindicato dos Comerciários de Itu e Região)

Coleção Rodrigo Tarossi

Em junho deste ano, o projeto foi reconhecido pela OAB-SP como o melhor projeto social do Estado de São Paulo no Prêmio Boas Práticas

Coleção Marcos Roberto dos Santos

O advogado Marcos Roberto dos Santos foi um dos idealizadores do Projeto O.L.H.E., recentemente premiado pela OAB-SP

Fotos: Tucano

Edward Simeira Advogados Associados: uma história construída com o Direito e por ele

Renomados experientes advogados fazem parte da nossa competente equipe de profissionais

Há trajetórias profissionais que se confundem com a própria história de uma cidade. Em Itu, a história de Edward Simeira é uma delas. Ao longo de décadas dedicadas ao Direito, à magistratura e à advocacia, o advogado construiu uma trajetória marcada pelo conhecimento, pela independência e, sobretudo, pelo compromisso com a Justiça.

Em uma edição especial que celebra os 50 anos da OAB de Itu, é impossível falar da história da advocacia ituana sem lembrar de profissionais que ajudaram a construir essa caminhada. Entre eles está Edward Gabriel Aucio Simeira, advogado, ex-magistrado e ex-presidente da OAB de Itu, cuja experiência atravessa diferentes momentos e perspectivas do universo jurídico.

Sua relação com o Direito começou ainda na formação como oficial da Polícia Militar. Na Escola de Oficiais da Polícia Militar, teve contato com diversas disciplinas ligadas à área jurídica e tomou gosto pela matéria. A partir daí, decidiu cursar Direito — escolha que acabaria definindo uma trajetória profissional de mais de cinco décadas.

A carreira de Edward Simeira foi construída a partir de experiências singulares. Antes de se dedicar integralmente à advocacia, exerceu funções como oficial da Polícia Militar e, posteriormente, ingressou na magistratura. Foram mais de quinze anos como juiz, experiência que lhe permitiu conhecer o sistema de Justiça por dentro, compreender profundamente a dinâmica dos processos e, principalmente, observar de perto a relação entre magistrados, advogados e jurisdicionados.

Foi também nesse período que deixou algumas de suas marcas na estrutura do Judiciário da região. Ao assumir a comarca de Salto, encontrou uma realidade que exigia dedicação e trabalho. Em seu relato, recorda que, quando deixou a comarca, cerca de quatro meses depois, entregou o serviço em condições muito diferentes daquelas encontradas no início: havia enfrentado uma rotina intensa, com elevado volume de processos e dificuldades estruturais.

> “Um bom advogado, deve reunir atributos como honestidade, lealdade, cultura jurídica, formação humanística e capacidade de síntese
>
> **EDWARD SIMEIRA**
> Juiz aposentado, em entrevista publicada pela revista Viu!, em agosto de 2007

Entre suas realizações está ainda a implantação do Juizado Especial de Itu e a participação no Conselho Recursal, abrangendo a região e incluindo Porto Feliz. Também destaca a ampliação das instalações do Fórum, com a construção de um prédio anexo — iniciativas que contribuíram para a evolução da estrutura judiciária regional.

Mas a história de Edward Simeira não se limita aos

cargos e às funções exercidas. Há nela uma característica que permanece constante: a convicção de que o Direito deve servir à Justiça e que o advogado tem papel essencial nessa construção.

Em entrevista publicada pela revista Viu!, em agosto de 2007, sob o título "O Direito após a toga", Edward Simeira refletiu justamente sobre essa dupla experiência. Depois de ter vestido a toga e conhecido a magistratura, voltou a exercer a advocacia, levando para o escritório uma visão privilegiada sobre os dois lados da relação processual.

Para ele, um bom advogado, sob a ótica do juiz, deve reunir atributos como honestidade, lealdade, cultura jurídica, formação humanística e capacidade de síntese. Do outro lado, o bom juiz, na visão do advogado, precisa respeitar o profissional da advocacia e as partes, compreendendo que são elas que submetem seus direitos ao julgamento.

Essa experiência dos dois lados do balcão tornou-se um dos pilares da filosofia que orienta o trabalho de Edward Simeira Advogados Associados.

A atuação do escritório parte de uma compreensão simples, mas fundamental: cada processo representa uma história, um patrimônio, uma família, uma empresa ou um projeto de vida. Por isso, o exercício da advocacia exige mais do que conhecimento técnico. Exige preparo, responsabilidade, estratégia, independência e capacidade de enxergar o problema em sua integralidade.

A experiência acumulada por Edward Simeira também lhe ensinou que as causas mais difíceis nem sempre são aquelas que apresentam a maior complexidade aparente. Muitas vezes, uma situação jurídica que parece simples se desdobra em inúmeras questões quando examinada com profundidade. Daí a importância de investigar, questionar, pesquisar e não aceitar como imutável aquilo que, à primeira vista, parece ser a única resposta possível.

Essa postura está diretamente ligada à sua concepção de advocacia: defender o direito do cliente com firmeza, mas sem abandonar a busca pela verdade e pela melhor solução jurídica. Sua passagem pela magistratura também reforçou outra convicção: o advogado exerce uma função indispensável ao funcionamento da Justiça.

Em sua visão, o bom profissional é aquele que conquista a confiança do cliente não apenas por conhecer a lei, mas por trabalhar com dedicação, compreender as circunstâncias do caso e buscar soluções mesmo diante de situações aparentemente adversas.

Ao falar sobre o Judiciário brasileiro, Edward Simeira sempre demonstrou uma visão crítica. Questionou o excesso de processos, a morosidade, as dificuldades estruturais e aquilo que considerava obstáculos à efetividade da Justiça. Para ele, um Judiciário forte deveria ter condições de enfrentar interesses poderosos e garantir que a lei fosse aplicada de maneira independente.

Essa independência também esteve presente em sua atuação institucional. Como presidente da OAB de Itu, participou da vida da entidade que representa a advocacia e que, ao completar 50 anos de história no município, celebra também a trajetória de tantos profissionais que ajudaram a consolidar a profissão na cidade.

A história pessoal de Edward Simeira ainda guarda uma relação afetiva profunda com Itu e Porto Feliz. Embora tenha deixado Porto Feliz aos 18 anos para estudar na Escola de Oficiais do Barro Branco, nunca perdeu os vínculos com a cidade onde passou a infância. Em entrevista, recordou as brincadeiras no "Jardim São Benedito", no quintal de sua casa e no antigo "buracão" onde ele e os amigos aprendiam a nadar.

Anos mais tarde, sua trajetória profissional faria com que retornasse à região, estabelecendo em Itu não apenas sua vida profissional, mas também uma história de participação na comunidade e nas instituições locais.

Em 2005, recebeu o título de cidadão portofelicense, reconhecimento que simboliza a ligação permanente com suas origens.

Hoje, o nome Edward Simeira Advogados Associados representa a continuidade dessa trajetória. Uma história que não foi construída apenas pela passagem do tempo, mas pela soma de experiências: a formação militar, a advocacia, a magistratura, a atuação institucional na OAB, o contato diário com cidadãos e empresas e, principalmente, décadas dedicadas ao estudo e à prática do Direito.

Ao celebrar os 50 anos da OAB de Itu, celebra-se também uma geração de advogados que ajudou a transformar a advocacia local e a fortalecer o acesso à Justiça. Edward Simeira é parte dessa história.

E talvez a melhor síntese de sua maneira de enxergar a profissão esteja no conselho que deixou aos jovens advogados: dedicar-se de corpo e alma a fazer o melhor que puderem, sem abrir mão da disposição para enfrentar os desafios da profissão.

É com esse legado que Edward Simeira Advogados Associados segue sua trajetória: experiência construída ao longo de décadas, conhecimento adquirido nos dois lados da Justiça e o compromisso permanente de transformar o exercício da advocacia em instrumento de defesa de direitos, solução de conflitos e realização da Justiça.

> "Dedicar-se de corpo e alma a fazer o melhor que puderem, sem abrir mão da disposição para enfrentar os desafios da profissão

Mensagem para os jovens advogados.
EDWARD SIMEIRA - sócio proprietário
Edward Simeira Advogados Associados

Entre a pena e a toga: juristas que moldaram o Brasil

Nomes marcantes no pensamento jurídico e na vida social e política do País

José Bonifácio, "o Moço" (1827-1886); Luís Gonzaga Pinto da Gama (1830-1882); Rui Barbosa (1849-1923); Evaristo de Moraes (1871-1939); e Clóvis Beviláqua (1859-1944) figuram como ilustres ícones da advocacia e do pensamento jurídico brasileiro. Cada um deles deixou contribuições marcantes para o Direito e para a vida política e social do País.

José Bonifácio de Andrada e Silva, o Moço - integrante da segunda geração dos Andradas -, nasceu em Bordéus, França, em 8 de novembro de 1827. Filho de Martim Francisco Ribeiro de Andrada e Gabriela Frederica Ribeiro de Andrada (o pai era irmão e a mãe, filha de José Bonifácio, o Patriarca da Independência), nasceu no exílio francês após D. Pedro I dissolver a Assembleia Constituinte de 1823. Ganhou o apelido de "o Moço" para distinguir-se do avô famoso.

Fez os primeiros estudos na capital paulista e ingressou na Faculdade de Direito de São Paulo, onde se formou em 1853. Foi professor na Faculdade de Direito do Recife e, posteriormente, na de São Paulo, titular das cadeiras de Direito Criminal e Direito Civil. Entre seus alunos, figuraram mentes brilhantes como Rui Barbosa, Castro Alves, Joaquim Nabuco, Rodrigues Alves e Afonso Pena. Na política, foi deputado provincial, deputado geral por São Paulo, senador do Império (1879-1886) e ocupou os cargos de Ministro da Marinha (1862) e do Império (1864). Poeta, orador e escritor romântico, destacou-se na defesa do sistema parlamentarista e do direito do voto para os analfabetos.

Lutando contra o cativeiro ilegal

José Bonifácio, "o Moço", também participou ativamente do movimento abolicionista, defendendo a libertação imediata e sem indenização dos escravizados. Em 1868, de volta a São Paulo, abriu um escritório de advocacia na Rua do Ouvidor, nº 39, em sociedade com José Maria de Andrade e seu primo Antônio Carlos. Desde o início, o local tornou-se um centro de estudos e debates frequentado por professores, estudantes das Arcadas, lideranças políticas e clientes. Entre os frequentadores assíduos estava Luís Gama, ávido por conhecimento teórico e prática forense.

José Bonifácio foi casado, em primeiras núpcias, com a sua prima Adelaide Eugênia da Costa Aguiar de Andrada. Após o seu falecimento, casou-se em segundas núpcias com Rafaela de Souza Aguiar Gurgel do Amaral. O segundo casamento teve

Cartão Postal/Coleção Jamil N. Abibe

Largo de São Francisco em 1903, com destaque para o monumento a José Bonifácio, o Moço, inaugurado em 26 de outubro de 1890

USP Imagens

Em 1935, o monumento a José Bonifácio, o Moço, no Largo de São Francisco, foi desmontado e a estátua transferida para um galpão da Prefeitura, onde permaneceu até 1940, quando foi transferida para a entrada do então novo prédio da Faculdade de Direito, inaugurado naquele ano, onde se encontra até os dias de hoje

BEM-VINDO AO

LIMOEIRO DA CONCÓRDIA

Venha passar momentos incríveis com conforto ao lado de sua família neste ambiente aconchegante e bucólico.

HOSPEDE-SE OU REALIZE OS SEUS EVENTOS CORPORATIVOS CONOSCO!

Dispomos de um espaço reservado para realizar o seu evento corporativo da melhor forma. Garanta uma experiência completa em treinamentos, convenções, workshops e confraternizações com o nosso **hotel fazenda de charme** reservado apenas aos seus convidados.

Recomendado para off-sites, ações de workshops, team building, encontros interativos e empresas que desejam sair do modelo tradicional e unir exclusividade, natureza e experiências memoráveis.

Com 70m² de área e estrutura versátil, nossa sala de eventos é ideal para encontros corporativos, treinamentos, workshops e reuniões. O espaço acomoda confortavelmente:

Até **42 pessoas** em formato auditório

36 pessoas em formato escolas

24 pessoas em formato "U"

www.**limoeirodaconcordia**.com.br

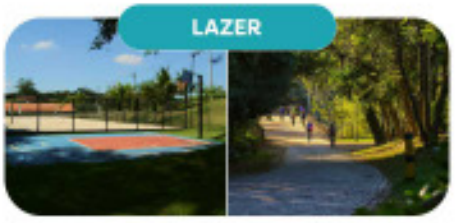
GASTRONOMIA

Pensão completa em todas as estadas. Nosso restaurante é um centenário e preservado Armazém, com produtos artesanais e sabores únicos. Os hóspedes desfrutam de uma experiência encantadora e podem degustar uma selecionada carta de vinhos criada especialmente para o nosso cardápio.

ACOMODAÇÕES

Contamos com 30 suítes, em nossas acomodações, onde você encontra charme e conforto, variando no tamanho e modalidades de configuração. Todas as suítes são equipadas com ar condicionado frio e quente, frigobar, TV LED, cofre e amenities. Consulte condições especiais PET FRIENDLY.

LAZER



Complemente a programação com atividades ao ar livre, caminhadas contemplativas, passeios ao pôr do sol, aulas de yoga, massagens ou um coffee break no jardim ou à beira da piscina. Seja um rodízio de pizza, um churrasco ou um jantar temático, personalizamos cada detalhe para tornar seu evento único.

Conheça condições especiais para estadas e eventos personalizados.
Estamos a 86km da capital de São Paulo, na Rod. Dom Gabriel Paulino Bueno Couto, saída 84, Estrada da Concórdia km 5 - Pedregulho, Itu - SP

E-MAIL: reservas@limoeirodaconcordia.com.br @hotellimoeirodaconcordia 11 9 1437-4217

curta duração. Rafaela foi acometida de uma tuberculose. José Bonifácio tudo fez para salvar a esposa. Mudou-se para a Penha, bairro tido como de ótimo clima na capital, e em 1875, comprou um prédio próximo ao Rio Tietê, em Salto, naquela época distrito do município de Itu/SP, onde passou uma temporada a dispensar os devidos cuidados à enferma. Rafaela, com apenas 26 anos de idade, faleceu em São Paulo em 8 de novembro de 1876. José Bonifácio, o Moço, morreu em São Paulo, a 26 de outubro de 1886. Diante do túmulo, Rui Barbosa encerrou o seu discurso, lido por duas longas horas: "Todas as Províncias têm trazido a esta memória sua oblação; e todas consagram a José Bonifácio, o abolicionista. Não é nem ao poeta, nem ao orador, nem ao chefe político. É ao liberal sem avenças com o cativeiro; é ao libertador sem condescendências com o falso liberalismo".

Luís Gonzaga Pinto da Gama nasceu em Salvador, na Província da Bahia, em 21 de junho de 1830. Era filho de um homem branco de ascendência portuguesa e fidalgo e de Luísa Mahin, mulher negra e livre da Costa da Mina (Nagô de Nação). Nascido livre, foi ilegalmente vendido como escravo pelo próprio pai aos 10 anos de idade, conquistando sua liberdade somente aos 17.

Em 1847, ainda em situação de cativeiro no Largo da Misericórdia, em São Paulo, Luís Gama aproximou-se do ambiente acadêmico: o estudante Antônio Rodrigues de Araújo (futuro juiz) passou a morar na casa de seu senhor e o ensinou a ler, escrever e contar. No ano seguinte, Gama obteve as provas de sua liberdade natal e libertou-se do cativeiro.

Domínio Público/SynthID

Luiz Gama em 1880

As armas da inteligência

Tempos depois, trabalhou como ordenança do jurista e conselheiro Francisco José Furtado, com quem aprofundou seus conhecimentos jurídicos. Em seguida, passou a atuar como rábula (advogado autodidata). A partir de 1868, por meio de uma intensa e corajosa atuação judicial, travou uma batalha para libertar pessoas escravizadas por meios legais.

Em 30 de setembro de 1871, Luís Gama sintetizou sua missão: "A minha missão única, missão de que me orgulho, não é provar forças com assassinos, que desprezo; é prestar auxílio e proteção a pessoas livres, que sofrem cativeiro ilegal; é arrancar as vítimas das mãos dos possuidores de má-fé, é vencer a força estúpida e a sórdida cavilação, perante os tribunais, pelo direito, e com a razão. Minhas armas são as da inteligência, em luta pela vitória da justiça, e só pararei quando os juízes tiverem cumprido o seu dever".

Estima-se que Luís Gama tenha garantido a libertação de mais de 500 pessoas nos tribunais (centenas delas apenas no inventário do cafeicultor Manoel Joaquim Ferreira Neto). Nos anos seguintes, estudantes e professores da Faculdade de Direito - com José Bonifácio à frente - desfecharam golpes decisivos para a extinção da escravidão. Luís Gama tornou-se a figura central do abolicionismo e um símbolo da luta por justiça e igualdade racial. Seu reconhecimento oficial como advogado pela Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) ocorreu postumamente, em 2015.

Símbolo da luta pelas liberdades civis

Rui Barbosa de Oliveira nasceu na Bahia, em 5 de dezembro de 1849, em um período político e economicamente conturbado do Império. Aluno precoce, concluiu a educação básica um ano antes do previsto, dedicando o tempo livre ao estudo de música, alemão e literatura clássica antes da faculdade.

Acervo Casa de Rui Barbosa

Rui Barbosa em sua biblioteca

Iniciou os estudos na Faculdade de Direito do Recife, mas, após um desentendimento com um professor, transferiu-se para a Faculdade de Direito de São Paulo. Durante a formação, foi aluno de José Bonifácio, o Moço, e conviveu com Castro Alves, Joaquim Nabuco, Rodrigues Alves, Afonso Pena e Juca Paranhos (futuro Barão do Rio Branco). Engajou-se em jornais estudantis, clubes liberais e na maçonaria, tendo a

PADOVANI
MATERIAIS P/ CONSTRUÇÃO

Sua obra merece quem é referência nacional

Prêmio Destaque Expo Revestir

1º lugar no Interior e Litoral de São Paulo no Ranking Nacional das Lojas de Material de Construção

34º lugar no Ranking Nacional das Lojas de Material de Construção

ITU - VARVITO Rua Parque do Varvito, 100 - Bairro Alto

ITU - TIRANDENTES Av. Tiradentes, 271 - Vila Nova

ITU - CONCEITO Av. da Saudade, 294 - Padre Bento

INDAIATUBA Av. Francisco de Paula Leite, 3057 - Rec. Campestre Jóia

SOROCABA - ARM. PANNUNZIO Av. Dr. Armando Pannunzio, 882 - Jd. Vera Cruz

SOROCABA - ITAVUVU Av. Itavuvu, 3140 - Jd. Santa Cecília

COMPRE EM ATÉ 10X SEM JUROS

@padovaniconstrucao /padovaniconstrucao 11 4013-7009 www.padovani.com.br

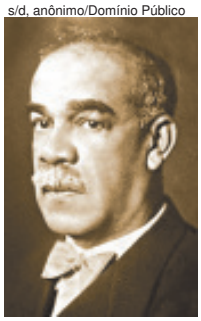
abolição da escravatura como tema central. No último ano de curso, participou ativamente da efervescência acadêmica que criticava a monarquia e gestava os ideais republicanos.

Rui Barbosa consolidou-se como um dos maiores juristas e intelectuais do País. Sua trajetória, contudo, abrigou contrastes: defensor intransigente das liberdades civis e da abolição, foi também o Ministro da Fazenda responsável pela polêmica crise econômica do Encilhamento. Aclamado como o "Águia de Haia" por sua atuação na II Conferência de Paz de Haia (1907), destacou-se como diplomata, político, candidato à Presidência da República, coautor da Constituição de 1891 e membro fundador da Academia Brasileira de Letras (ABL). Faleceu em Petrópolis (RJ), em 1º de março de 1923.

Três gerações de juristas célebres

A família de Evaristo de Moraes constituiu uma verdadeira dinastia da advocacia criminal brasileira. O patriarca, Evaristo de Moraes, nasceu no Rio de Janeiro em 26 de outubro de 1871 - dia de São Evaristo, inspiração para o seu nome. Desde jovem, dedicou-se à escrita de ensaios e monografias sobre Direito Penal. Atuou por muitos anos como rábula até bacharelar-se, em 1916, pela Faculdade de Direito Teixeira de Freitas (a "Teixeirinha"), em Niterói (RJ). Seu legado na advocacia criminalista e social teve continuidade com seu filho, o jurista e sociólogo Evaristo de Moraes Filho (1914-2016), e seus netos.

s/d, anônimo/Domínio Público



Evaristo de Moraes

Evaristo de Moraes projetou-se como um dos maiores advogados criminalistas da República, notabilizando-se pela defesa ética e intransigente dos direitos sociais e trabalhistas. Foi o defensor de João Cândido na célebre Revolta da Chibata (1910) e precursor do Direito do Trabalho no Brasil, atuando na defesa das organizações operárias.

Além da advocacia, notabilizou-se como historiador do processo de emancipação dos escravizados, sendo autor de A Campanha Abolicionista (1879-1888), publicada em 1924 e considerada uma obra referência no tema. Faleceu no Rio de Janeiro, em 30 de junho de 1939. A sua linhagem no Direito seguiu com seu filho, Evaristo de Moraes Filho (1914-2016), que se tornou um dos maiores sociólogos, professores e juslaboralistas (Direito do Trabalho) do País. Por sua vez, o neto (e filho de Evaristo Filho) foi Antônio Evaristo de Moraes Filho (frequentemente chamado apenas de Evaristo de Moraes), que se consagrou como um dos principais advogados criminalistas da segunda metade do século 20.

Intelectual multifacetado

Clóvis Beviláqua, jurista, magistrado e professor, é reconhecido como o principal sistematizador do Direito Civil brasileiro. Nasceu em Viçosa do Ceará, em 4 de outubro de 1859. Entre 1878 e 1882, cursou a Faculdade de Direito do Recife, cidade onde fixou residência.

O jornal da semana, 1953

Clóvis Beviláqua com a esposa, Amélia de Freitas Beviláqua

Logo após bacharelar-se, tornou-se professor de Filosofia na mesma instituição por meio de concurso público. Atuou como Consultor Jurídico do Ministério das Relações Exteriores, produzindo pareceres decisivos sobre nacionalidade, casamentos internacionais, neutralidade e acordos diplomáticos. Foi também membro fundador da Academia Brasileira de Letras (1897).

Durante o governo de Campos Sales, o então Ministro da Justiça Epitácio Pessoa - seu ex-colega de faculdade - encarregou-o de redigir o projeto do Código Civil brasileiro. Em apenas seis meses, Beviláqua apresentou um anteprojeto moderno, liberal e equitativo. Após dezessete anos de intensos debates no Congresso Nacional, o Código Civil de 1916 foi promulgado e entrou em vigor em 1º de janeiro de 1917, permanecendo vigente por 85 anos.

Estes cinco nomes sintetizam as múltiplas dimensões do Direito no Brasil: José Bonifácio, o Moço e Rui Barbosa destacaram-se como grandes tribunos e pensadores políticos; Luís Gama e Evaristo de Moraes ergueram as bases da advocacia criminal libertária e da justiça social; e Clóvis Beviláqua conferiu rigor técnico e codificação ao Direito nacional. Todos permanecem como pilares fundamentais da história jurídica e da construção da cidadania brasileira. ■

Jonas Soares de Souza

SAL - Serviços Aduaneiros LTDA.
Fundada em 1979, a SAL é especialista em despachos aduaneiros e oferece assessoria e consultoria para empresas que realizam operações de comércio exterior, independentemente do modelo de carga.
Rua Carolina Lucca Vaz nº 469/477
Itu Novo Centro - Itu/SP
Tel.: (11) 4025-3343 | (11) 4025-3423
www.sal-aduaneiras.com.br
45

Loppiano
Segurança e Medicina do Trabalho
Prevenir é nossa engenharia
28 Anos
RUA PADRE BARTOLOMEU TADEI Nº 283
CENTRO -ITU/SP - FONE (11) 4022-7415
www.loppianoseguranca.com.br

SACOLÃO NOVO ITU
PRODUTOS DE QUALIDADE E ÓTIMO ATENDIMENTO!
DE SEGUNDA À SÁBADO
SACOLÃO delivery
VOCÊ ENCONTRA TUDO AQUI:
• hortifruti • mercearia • higiene
• limpeza • bebidas • carvão • pães e frios
(11) 4013-1903
(11) 97191-9468
sacolaonovoitu
UNIDADE 1
Rua Frei Ambrósio Vroling nº 51 - Jardim Novo Ita
UNIDADE 2
Rua Paulo Eduardo Xavier de Toledo nº 310 - Bairro São Luiz

Auto Mecânica
CHICO
Nacionais e Importados
(11) 9-5053-7859
(11) 4023-9634
Rua Monsenhor Ezequias Galvão nº 321
Jd. Padre Bento - Itu/SP

GRÁFICA UNICENTER
(11) 4023-0075
IMPRESSOS EM GERAL
graficaunicenter@gmail.com
Av. Caetano Ruggieri nº 2594
Parque N. Sra. Candelária - Itu/SP

CAMARGO AGROPECUÁRIA
e-mail: camargo_comercial@hotmail.com
• RAÇÕES EM GERAL
• PRODUTOS PARA PISCINA
• CORTADORES DE GRAMA
• FERRAMENTAS AGRÍCOLAS
• ASSISTÊNCIA AGRÔNOMICA E VETERINÁRIA
Loja 1: Bairro Cajuru do Sul - Sorocaba - SP
Fones: (15) 3325-1002 / 3325-2061 / Fax: 3325-1012
Loja 2: Bairro Dona Catarina - Mairinque - SP
Fones: (11) 4246-3098 / 4246-2244 / 4246-2245

contatohd.dedetizadora@gmail.com
HD+
Controle de Pragas
• Desinsetização
• Desratização
• Descupinização
• Desentupimento
Agapito: (11) 4023-1956 | (11) 97171-8520
André: (11) 96394-4271
Rua Cleto Fanchini nº 856 - Vila Cleto - Itu/SP

Toldos Convenção
Itu
Toldos Convenção
Linha comercial, residencial, chácaras e empresas.
TEMOS A SOLUÇÃO IDEAL PARA SEU IMÓVEL!
TOLDOS FIXOS
TOLDOS CORTINA RETO COM BRAÇO
COBERTURAS EM POLICARBONATO
TOLDOS CORTINA ROLO C/ E S/ VISOR
COBERTURAS
www.toldosconvencao.com.br
ATENDEMOS ITU E REGIÃO. PROJETOS SOB MEDIDA
contatotoldosconvencao@hotmail.com
23 anos de experiência
(11) 4025-2099 | (11) 4025-8002 | (11) 97440-9552
Rua João Batista Francischineli nº 106 A - Pq. N. Sra. da Candelária - Itu/SP

Entre o Direito e o Jornalismo

O trabalho na advocacia alavancou a carreira de figuras ilustres também na imprensa

Algumas personalidades históricas do Brasil marcaram suas carreiras entre a atuação profissional em escritórios de advocacia ou tribunais e o trabalho na imprensa. Parte considerável dessas figuras ilustres ganhou notoriedade ainda no século 19 em meio a períodos turbulentos do Império.

Joaquim Aurélio Barreto Nabuco de Araújo (1849-1910) foi um dos mais célebres desta relação. Formado em Direito em 1870 no Recife/PE, Nabuco foi criado numa família aristocrata, mas isso não o impediu de aderir à causa abolicionista em sua vida. Isso começou a acontecer em sua atuação como deputado provincial e amadureceu após período em que viveu na Europa, entre 1881 e 1884, quando publicou a obra O Abolicionismo.

Fundação Joaquim Nabuco

Joaquim Nabuco teve sua atuação profissional pautada pela causa abolicionista

Em seu retorno ao Brasil, foi reeleito deputado por Pernambuco e teve seu auge como advogado ao defender um escravo que havia sido condenado pelo assassinato de seu dono, conseguindo reduzir sua pena de morte para prisão perpétua. Defensor da monarquia, Joaquim Nabuco acabou se retirando da vida pública com o avanço do movimento republicano, passando a viver no Rio de Janeiro/RJ, onde conciliou a advocacia com o jornalismo.

Na capital fluminense, atuou no jornal liberal A Reforma, que defendia a monarquia e o abolicionismo, e também na Revista Brasileira, onde se tornou amigo de Machado de Assis, José Veríssimo e Lúcio de Mendonça, que viriam a ser fundadores da Academia Brasileira de Letras (ABL) em 1897. A fase final da vida de Nabuco ficou marcada pela diplomacia, tendo sido embaixador do Brasil em Londres (Inglaterra) e em Washington (Estados Unidos) no início do século 20.

Causa abolicionista

A causa abolicionista também marcou a vida do advogado carioca José Inácio Gomes Ferreira de Menezes (1845-1881). Formado pela Faculdade de Direito do Largo São Francisco, em São Paulo/SP, Ferreira de Menezes era amigo do advogado e jornalista Luiz Gama, com quem compartilhava ideais abolicionistas, participando ativamente, inclusive, de vários processos conduzidos por Gama envolvendo escravizações ilegais e reescravizações de libertos.

Biblioteca Nacional

GAZETA DA TARDE

A Gazeta da Tarde foi fundada no Rio de Janeiro em 1880 pelo advogado e jornalista Ferreira de Menezes

Na capital paulista, Ferreira de Menezes atuou como jornalista nos periódicos O Ypiranga, Ateneu Paulistano e na Revista Complexa, esta última ao lado de outro amigo, o também advogado e jornalista Saldanha Marinho. Mas seu auge na imprensa se deu em seu retorno ao Rio, onde criou os periódicos Primeiro de Janeiro e, sobretudo, a Gazeta da Tarde. Neste último, que marcou época na propagação de ideais abolicionistas, Menezes contava com textos de seus amigos Luiz Gama e José do Patrocínio.

Bernardo Pereira de Vasconcelos (1795-1850) foi outra figura importante daqueles tempos. Formou-se em Direito pela Universidade de Coimbra, em

Arquivo Público Mineiro

Bernardo Pereira de Vasconcelos foi figura notável na época do Brasil Império

Portugal, e chegou a ser juiz em Guaratinguetá/SP e deputado eleito por Minas Gerais antes de começar a atuar na imprensa, onde exerceu o ofício jornalístico em periódicos como O Brasileiro, A Sentinela da Monarquia e o Correio da Tarde. Vasconcelos, no entanto, teve maior destaque na política, tendo sido articulador de propostas importantes como o Código Criminal do Império e a criação dos juizados de paz. Também chegou a ocupar altos postos no Império, tendo breves passagens como ministro da Fazenda, da Justiça e dos Negócios.

Expoentes no século 20

Plínio Barreto (1882-1958) conseguiu ter grande notoriedade tanto na atuação como advogado quanto na jornalística. Ingressou no jornal O Estado de S. Paulo com apenas 14 anos como revisor, função que exerceu até 1898, quando foi promovido a redator após chamar a atenção do renomado Euclides da Cunha.

Formou-se em 1902 pela Faculdade de Direito de São Paulo, exercendo o ofício de advogado inicialmente em Araras/SP. A facilidade para transitar entre as duas áreas o levou a criar a coluna Crônicas Forenses, seção tradicional do Estadão em que Plínio Barreto comentava temas do cotidiano do Poder Judiciário. Em 1912, lançou um livro baseado nesses textos, criando posteriormente a Revista dos Tribunais.

Acervo OAB-SP

O advogado, jornalista e escritor Plínio Barreto foi o primeiro presidente da OAB-SP nos anos de 1932 e 1933

O auge de Plínio Barreto, no entanto, viria na década de 1930, quando se tornou presidente da OAB-SP no biênio 1932/1933 e teve atuação de destaque em meio ao movimento constitucionalista. Foi promovido por Júlio de Mesquita Filho a diretor do Estadão em 1933, conciliando a advocacia com o alto cargo no jornal até a década de 1940, quando a ditadura de Getúlio Vargas interveio no periódico. Ingressou de vez na política como opositor de Vargas, sendo eleito deputado. Nos anos 1950 retornou ao Estadão e à advocacia.

Outro expoente do século 20 foi Francisco de Assis Chateaubriand Bandeira de Mello (1892-1968). Chatô, como era conhecido, formou-se advogado pela Faculdade de Direito do Recife, mas foi na imprensa que se tornou um dos homens mais poderosos do Brasil. A carreira jornalística começou aos 15 anos na Gazeta do Norte, mas não demorou a ser descoberto pelo tradicional Diário de Pernambuco.

Assis Chateaubriand chegou ao Rio de Janeiro em 1917, onde alguns anos depois começou a constituir um incrível conglomerado jornalístico, reunindo alguns dos jornais de maior circulação de várias capitais brasileiras e, posteriormente, uma série de emissoras de rádio e TV. Sob a denominação de Diários Associados, o grupo chegou a ser o maior da mídia brasileira por cerca de 40 anos. Chatô, por sua vez, aproveitou o sucesso como magnata das comunicações e enveredou para outras áreas, como a cultura, tendo sido fundador do Masp (Museu de Arte de São Paulo), pela política, tendo sido senador, e pela diplomacia, tendo sido embaixador brasileiro no Reino Unido.

Arquivo Nacional

Assis Chateaubriand começou na advocacia, mas foi como empresário na área das comunicações que se tornou um dos homens mais poderosos do Brasil no século 20

Democracia e direitos humanos

Um grupo seleto de advogados obteve destaque na história recente do Brasil como baluartes da democracia e dos direitos humanos. Heráclito Fontoura Sobral Pinto (1893-1991) talvez seja o maior destaque desse grupo por ter enfrentado a ditadura do Estado Novo de Getúlio Vargas (1937-1945) e do Regime Militar (1964-1985).

Sobral Pinto defendeu nomes como os comunistas Luiz Carlos Prestes e Harry Berger,

perseguidos na Era Vargas. Nos Anos 1950, defendeu o político mineiro Juscelino Kubitscheck, perseguido por setores das Forças Armadas que tentaram impedir sua candidatura à presidência da República. No Regime Militar, foi preso aos 75 anos após a decretação do Ato Institucional Nº 5 (AI-5). Nos Anos 1980, participou ativamente da campanha da redemocratização do País.

Heleno Cláudio Fragoso (1926-1985) teve grande destaque em sua carreira como advogado de presos políticos no Regime Militar, defendendo pessoas acusadas de oposição à ditadura, como a jornalista Niomar Moniz Sodré Bittencourt, proprietária do jornal Correio da Manhã, o historiador Caio da Silva Prado Júnior e o filho da estilista Zuzu Angel, Stuart Angel Jones.

Dalmo de Abreu Dallari (1931-2022) foi outro exemplo na defesa dos direitos humanos e do Estado Democrático de Direito. Professor e diretor da Faculdade de Direito da USP (Universidade de São Paulo) por mais de seis décadas, Dallari participou da organização da Comissão de Justiça e Paz da Arquidiocese de São Paulo na década de 1970. Já Hélio Pereira Bicudo (1922-2018) foi um jurista que militou pelos direitos humanos. Como Procurador de Justiça do Estado de São Paulo entre 1947 e 1979, teve grande destaque no combate ao chamado Esquadrão da Morte, grupo paramilitar armado responsável por assassinatos e desaparecimento de pessoas.

A advogada Mércia Albuquerque Ferreira (1934-2003) atuou em mais de 500 casos de defesa de pessoas perseguidas pelo Regime Militar no Nordeste e chegou a ser presa algumas vezes por conta disso. Outra mulher a desafiar a ditadura como defensora da democracia e dos direitos humanos foi Eny Raimundo Moreira (1946-2022). Advogada de presos políticos, Eny criou o Comitê Brasileiro pela Anistia que teve protagonismo no Projeto Brasil Nunca Mais, o qual trouxe à tona as violações dos direitos humanos praticadas pela repressão política durante a ditadura. Por sua vez, Rosa Maria Cardoso da Cunha, nascida em 1946, é uma advogada criminalista que defendeu presos políticos no Rio de Janeiro, São Paulo e Distrito Federal. Com forte atuação acadêmica na USP, UERJ (Universidade Estadual do Rio de Janeiro) e UFF (Universidade Federal Fluminense), Rosa também foi coordenadora da Comissão Nacional da Verdade em 2013. ■

Antonio Rafael Júnior

Instituto Sobral Pinto

Sobral Pinto durante julgamento no STF (Supremo Tribunal Federal)

Agência Senado

O jurista Dalmo de Abreu Dallari durante reunião da Comissão de Constituição e Justiça no Congresso Nacional, em Brasília, em 2014

Márcia Kalume/Agência Senado

Na condição de presidente da Fundação Interamericana de Defesa dos Direitos Humanos, o jurista Hélio Bicudo em audiência da CPI (Comissão Parlamentar de Inquérito) que apurou o tráfico internacional de pessoas

Agência Brasil

Rosa Maria Cardoso da Cunha defendeu presos políticos na ditadura militar e chegou a coordenar a Comissão Nacional da Verdade

Em prol da
Paróquia
São Cristóvão
e Jubileu de Prata
Itu/SP

70 ANOS DE ALMIR SATER

SHOW AO VIVO EM ITU

14 DE NOVEMBRO DE 2026	ABERTURA DA CASA 19H	SHOW 21H	PARQUE MAEDA ITU/SP

PATROCÍNIO

APOIO

INGRESSOS À VENDA!

Aponte a câmera do seu celular e garanta já o seu ingresso.

ou acesse: paroquiasaocristovaoitu.com.br/ingressos

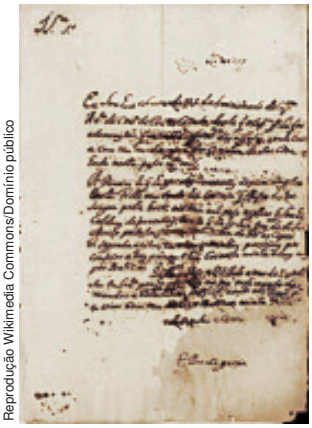
A presença das mulheres na história da advocacia

O pioneirismo feminino na conquista de espaço em uma profissão que, por muito tempo, permaneceu restrita aos homens

Em diferentes momentos da história, mulheres recorreram ao Direito para reivindicar espaços, defender interesses e participar ativamente da vida pública. Essa presença, entretanto, não se construiu de forma linear e, muito menos, com facilidade. Durante muito tempo, o universo jurídico permaneceu restrito aos homens, desde o acesso ao ensino até o exercício da profissão. Ainda assim, em épocas e circunstâncias distintas, elas encontraram formas de fazer valer sua voz, seja por meio de petições, requerimentos, manifestações e, posteriormente, nas ruas, nas salas de aula, nos tribunais e nas instituições que ajudaram a constituir e consolidar com determinação e sensibilidade feminina.

Nesse processo, alguns acontecimentos passaram a ocupar lugar de destaque na história da advocacia brasileira. Em 6 de setembro de 1770, Esperança Garcia, mulher afrodescendente escravizada, redigiu uma carta endereçada a Gonçalo Lourenço Botelho de Castro, governador da então Capitania de São José do Piauí. No documento, denunciava os maus-tratos sofridos por ela, por outras mulheres e por seus filhos. Além disso, pedia para voltar a viver com o marido e solicitava que as crianças pudessem receber instrução religiosa. O documento permaneceu desconhecido por mais de dois séculos, apenas na década de 1979 foi localizado pelo historiador Luiz Mott no Arquivo Público do Estado do Piauí. A partir daí, passou a ser objeto de estudos históricos e jurídicos que analisaram o conteúdo e o significado como manifestação do direito de petição em pleno período escravocrata.

Em 2017, a Ordem dos Advogados do Brasil



Reprodução Wikimedia Commons/Domínio público

Carta escrita pela escravizada Esperança Garcia em 1770, ao governador da Capitania de São José do Piauí. O documento é considerado pela OAB um marco da presença feminina na história jurídica brasileira

Moacir Ximenes/Wikimedia Commons. CC BY 4.0.

Representação de Esperança Garcia na Central de Artesanato Mestre Dezinho, em Teresina/PI

Reprodução Lucas Dias/GP1

Memorial Esperança Garcia, em Teresina. O espaço, criado em 2007 como Memorial Zumbi dos Palmares, foi revitalizado e passou a homenagear Esperança Garcia em 2017. Na entrada, uma representação da personagem é acompanhada do texto de sua carta de 1770

Ensino de excelência.
Resultados para a vida.

Matrículas abertas

Mais de 60 aprovações em UNIVERSIDADES PÚBLICAS

O Divino Salvador celebra os resultados de seus alunos nas inscrições de 2026, reafirmando a excelência de uma educação que transforma sonhos em conquistas!

Aprovações em VAGAS OLÍMPICAS

Jundiaí | divinojundiai

Itu | divinoitu

Cabreúva | divinocabreuva

SAS EDUCAÇÃO

CAMBRIDGE

COLÉGIO Divino Salvador

SALVATORIANOS
Província Brasileira

Tradição Salvatoriana: *formação humana e acadêmica que une fé, ciência e acolhimento desde 1954.*

(OAB) – Seccional Piauí concedeu a Esperança Garcia o título simbólico de primeira advogada piauiense. Cinco anos depois, em novembro de 2022, o Conselho Federal da OAB a reconheceu oficialmente como a primeira advogada brasileira. O reconhecimento não decorre da existência da profissão, que ainda não era regulamentada no século 18, mas da compreensão de que sua petição constitui uma atuação jurídica em defesa de direitos.

Foi somente no final do século 19 que uma mulher passou a percorrer o caminho da formação jurídica. Nascida em Macaé/RJ, Myrthes Gomes de Campos concluiu o curso de Direito na década de 1898, na Faculdade Livre de Ciências Jurídicas e Sociais (hoje, Faculdade Nacional de Direito da Universidade Federal do Rio de Janeiro – FND/UFRJ). No ano seguinte, estreou no Tribunal do Júri do Rio de Janeiro, tornando-se a primeira mulher a exercer, de fato, a advocacia no Brasil. Seu ingresso despertou grande curiosidade. A imprensa registrou o comparecimento de um público numeroso interessado em acompanhar a atuação da primeira mulher a sustentar oralmente uma defesa naquele espaço. A advogada representava um homem acusado de agressão com golpes de navalha e obteve a absolvição do cliente.

Sua atuação ocorreu em meio à resistência à presença feminina na profissão. Embora não houvesse uma lei proibindo mulheres de advogar, o ingresso nos quadros do Instituto dos Advogados Brasileiros (IAB), entidade que antecedeu a criação da OAB, encontrou objeções. Após anos de discussão, Myrthes foi aceita como sócia efetiva há 120 anos, em 1906, consolidando sua atuação profissional.

Reprodução Arquivo Nacional

Myrthes Gomes de Campos, pioneira da advocacia feminina no Brasil

Além da advocacia, escreveu sobre temas ligados aos direitos das mulheres, especialmente a participação feminina na vida pública e o direito ao voto. Sua trajetória passou a ocupar lugar de destaque na história da advocacia brasileira por representar a entrada das mulheres na profissão.

A advocacia feminina em Itu

Em Itu/SP, a presença feminina na advocacia teve como pioneira a professora Dra. Maria Lúcia Almeida de Marins e Dias Caselli, 95 anos. Nascida em Assis/SP, veio para Itu com apenas sete anos e concluiu os primeiros estudos no município. Posteriormente, seguiu para a capital do estado de São Paulo, onde cursou Direito na Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo (USP), no Largo de São Francisco, formando-se no ano de 1954. Na turma em que estudou eram 70 homens e apenas cinco mulheres.

Pouco depois da formatura, ainda em 1954, Maria Lúcia ingressou na vida pública. Foi a primeira mulher eleita vereadora a tomar posse na Câmara Municipal de Itu, onde exerceu o cargo de secretária. A advocacia veio acompanhada de outras atividades ligadas ao Direito. A advogada atuou como consultora jurídica da Prefeitura Municipal de Itu, da Câmara de Vereadores, da Associação Comercial e Industrial de Itu e do Sindicato Rural de Itu. Também se dedicou ao ensino jurídico e lecionou na Faculdade de Direito de Itu (FADITU), onde trabalhou com Legislação e Ética da Advocacia e coordenou o estágio profissional.

Duas décadas depois, Maria Lúcia também esteve ligada à organização da advocacia em Itu. Em 1976, quando a cidade passou a contar oficialmente com a 53ª Subseção da Ordem dos Advogados do Brasil, foi dela a responsabilidade pela elaboração do termo que registrou a instalação da entidade. O documento, preservado pela OAB Itu, traz sua assinatura e registra a posse da primeira diretoria da subseção.

A advogada e professora também se dedicou à produção cultural e à vida pública da cidade. É uma das fundadoras da Academia Ituana de Letras, onde ocupa a cadeira nº 1, cujo patrono é seu pai, Euclydes de Marins e Dias. Ao longo dos anos e até hoje, publica textos e obras relacionadas à memória familiar.

Em 31 de março de 2009, recebeu o título de Cidadã Ituana, em cerimônia realizada na Casa Imperial, onde reside até hoje, na Praça D. Pedro I, Largo São Francisco. Na ocasião, sua atuação como pioneira da advocacia feminina na cidade e sua participação ativa na vida institucional ituana foram destacadas. ■

Beatriz Pires

BARBIERI COM+
UM PLANO PARA A VIDA
Mais que assistência funerária, o Barbieri COM+ oferece vantagens e exclusividade para você.
www.funerariabarbieri.com.br
Alameda Alice, 09 - Jd. Convenção - Itu/SP
Os benefícios extra contrato não qualificam plano de saúde
BARBIERI
• Dentistas • Médicos
• Clínicas • Laboratórios
• Equip. de mobilidade • Assistência Funeral
Fale com a gente
11 99865-9601
11 4022-2024

MARCENARIA SANTA CRUZ®
www.marcenariasantacruz.com.br
Tel. (11) 4023.0256
Rua José de Oliveira nº 206 - Jd. Oliveira - Itu/SP

FA
REPARAÇÕES AUTOMOBILÍSTICAS
BATEU? ARRANHOU? A GENTE RESOLVE!
Pintura com acabamento profissional
Reparos em geral
Serviço rápido e garantido
Trabalhamos com materiais de alta qualidade e profissionais experientes para deixar seu carro IMPECÁVEL.
(11) 9.4749-9470
Rua Tenente José Gregório do Nascimento nº 32 - Novo Itu - Itu/SP (ao lado da Igreja de São Camilo)
Credenciada pelas principais seguradoras
Garantia dos reparos
Atendimento personalizado
Confiança e excelência que seu carro merece!

BIG SNACH'S
Desde 1992 Luciano
ABERTO DE SEGUNDA À SÁBADO A PARTIR DAS 18h
Delivery à partir das 19h
DISK LANCHES
4023-5716
4023-1518
97466-0330
Rua Sorocaba, 751 - Centro - Itu
www.bigsnachsitu.com.br

CAMARGO PEÇAS
Tels: (11) 2429-4476 / 4023-6994 / 2429-4656
(11) 9 9534-1404
(11) 9 4780-0202
vendascamargoepecas@gmail.com.br
Rua Ignácio Rodrigues D'Avila - nº 846 Pe. Bento Itu/SP
www.camargoepecas.com.br
MANGOTES PARA CONCRETO
MANGUEIRAS HIDRÁULICAS, ENGRENAGENS, ROLAMENTOS, CORRENTES INDUSTRIAIS, POLIAS EM GERAL, PARAFUSOS, TARUGOS DE NYLON, BRONZE, ALUMÍNIO, INOX, TEFLON E LATÃO, CONECTORES PNEUMÁTICOS, ADESIVOS INDUSTRIAIS E ACESSÓRIOS HIDRO E VÁCUO

ótica Damazio
Sua visão é a nossa missão!
A ÓTICA MAIS RÁPIDA DO MERCADO!
@oticadamazio
LOJA 1 - ITU/SP
Praça Padre Anchieta nº 72 - Centro
E-mail: henrique_damazio@hotmail.com
(11) 97649-4863 | (11) 2715-2693
LOJA 3 - ITU/SP
Rua Santa Rita nº 1460 - Centro
E-mail: oticadamazioitu1460@gmail.com
(11) 91281-0108 | (11) 2715-2753
LOJA 2 - SALTO/SP
Av. Dom Pedro II nº 394 - Centro
E-mail: oticadamaziosalto@gmail.com
(11) 97442-6333 - (11) 4021-0439
LOJA 4 - INDAIATUBA/SP
Rua João Martini nº 2347
Jardim Morada do Sol
(19) 99868-2288
LOJA 5 - ITU/SP Rua Floriano Peixoto - nº 792 - Centro
COM A PRECISÃO QUE A SUA VISÃO MERECE

DR. MARCOS A. SANTANA Médico Veterinário
CRMV-SP 2518
Fones: (19) 99771-5188 / (11) 99946-4605
• Clínica e Cirurgia de Bovinos, Equinos, Muares e Asininos
• Exames Andrológicos em Bovinos, Equídeos, Ovinos e Caprinos
• Exames de Brucelose e Tuberculose em Bovinos
• Transferência de Embriões e IATF em Bovinos
• Congelamento de Sêmen de Bovinos
marsanta@terra.com.br

TINTAS VILA NOVA
INFINITAS MANEIRAS DE PINTAR. Invente a Sua!
SIGA NOSSSAS REDES SOCIAIS
@tintasvilanova
@porto_tintas
/tintasvilanova
/portotintasoficial
RESIDENCIAL AUTOMOTIVA INDUSTRIAL
As melhores tintas com os melhores preços.

As primeiras advogadas do mundo

A presença feminina na advocacia também começou a ganhar espaço em outros países ao longo do século 19. Nos Estados Unidos, Arabella Aurelia Babb, que passou a ser conhecida como Arabella Mansfield após o casamento, foi a primeira mulher a conquistar tal espaço. Nascida em 1846, se formou pela Iowa Wesleyan University em 1866 e, depois da graduação, passou a estudar Direito no escritório de seu irmão, John M. Babb, enquanto também trabalhava como professora.

Em 1869, três anos após concluir a universidade, prestou o exame para admissão à advocacia no estado de Iowa, onde a legislação previa a admissão de homens brancos à profissão. A interpretação dada pelo juiz Francis Springer permitiu que Mansfield realizasse a prova e fosse aprovada. No ano seguinte, Iowa alterou a legislação e retirou as restrições de gênero e raça para o exercício da advocacia. Arabella seguiu carreira acadêmica e tornou-se professora universitária.

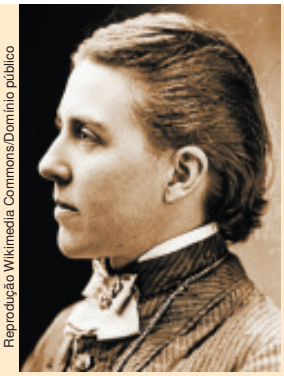
Na Itália, outra mulher seguiu a mesma trajetória alguns anos depois. Lidia Poët nasceu em Perrero, no Piemonte, em 1855, e formou-se em Direito pela Universidade de Turim em 1881. Em 1883, foi admitida no registro dos advogados de Turim, tornando-se a primeira mulher a obter essa inscrição no Reino da Itália.

A conquista durou poucos meses. O procurador-geral do rei recorreu da decisão, e a Corte de Apelação de Turim anulou sua inscrição. A discussão chegou à Corte de Cassação, que manteve a exclusão. A justificativa estava ligada à interpretação de que a advocacia constituía uma função pública incompatível com a presença das mulheres.

Lidia continuou ligada ao Direito mesmo sem poder exercer formalmente a profissão. Trabalhou no escritório do irmão e dedicou parte de sua atuação a questões relacionadas às mulheres, às crianças e às pessoas privadas de liberdade. Também participou de congressos internacionais sobre o sistema penitenciário.

Em 1919, a chamada Lei Sacchi ampliou o acesso das mulheres às profissões e aos cargos públicos na Itália. No ano seguinte, aos 65 anos, ela voltou a ser inscrita no registro dos advogados de Turim. A partir de então, passou a exercer formalmente a advocacia.

Lidia Poët morreu em 1949. Sua história permanece associada à primeira admissão de uma mulher na advocacia italiana e ao longo processo de reconhecimento do direito das mulheres ao exercício da profissão. ***(B.P.)***



Reprodução Wikimedia Commons/Domínio público

Arabella Mansfield, primeira mulher admitida na advocacia nos Estados Unidos, em fotografia de aproximadamente 1870

Betty&Giò. Wikimedia Commons, CC BY-SA 4.0

Placa comemorativa dedicada a Lidia Poët, em Turim, na Itália

Reprodução Wikimedia Commons/Domínio público

Lidia Poët foi inscrita na Ordem dos Advogados de Turim em 1883, mas teve seu registro cancelado pouco depois. Só aos 65 anos, em 1920, pôde voltar a exercer oficialmente a advocacia

DENZA
Sorocaba
DENZA B5
CONQUER THE UNEXPECTED
MAGGI DENZA SOROCABA
Av. Dr. Afonso Vergueiro, 3140 - Vila Augusta
DENZASOROCABA
EMPRESASMAGGI.COM.BR
DESACELERE. SEU BEM MAIOR É A VIDA
15 3197-0007

Livro relata o silêncio das mulheres diante da Justiça no século 19 em Itu

Antigos processos judiciais da Comarca de Itu/SP serviram de fonte de inspiração para a publicação literária sobre a "calada" violência sexual contra a mulher ituana

Em sua obra, "O Espesso Véu do Direito sobre as Mulheres do 2º Reinado", o advogado, historiador e escritor ituano Fabiano Quicoli dos Santos pesquisou processos criminais da Comarca de Itu, instaurados entre as décadas de 1854 e 1889, para investigar como leis, costumes e conceitos de honra diante dos tribunais daquela época condicionavam a vida das mulheres e ajudavam a manter a violência sexual feminina.

Arquivo FADITU

Fabiano Quicoli dos Santos autografa sua obra durante o lançamento do livro realizado na Faculdade de Direito de Itu, em 2015

Rodrigo Tomba

O resultado da pesquisa em processos criminais, instaurados entre 1854 e 1889 da Comarca de Itu, possibilitou a publicação do livro que lançou luz sobre a condição da mulher no século 19 e os silêncios presentes nos registros da Justiça daquela época

Durante quase um ano, Quicoli, autor de livros e artigos sobre Direito e História de Itu, "mergulhou" em processos, folheou páginas envelhecidas pelo tempo, decifrou registros e começou a reconhecer, por trás da linguagem formal dos autos, personagens que viveram em Itu na segunda metade do século 19.

Porém, entre os processos criminais da Comarca de Itu pesquisados no período de 1854 a 1889, praticamente não apareciam registros relacionados à violência sexual contra mulheres. Foi somente depois de meses examinando aquela documentação que Quicoli encontrou um caso. A ausência acabou se transformando em pergunta. E a pergunta, em pesquisa.

O resultado está no livro "O Espesso Véu do Direito sobre as Mulheres do 2º Reinado", estudo no qual o autor investiga crimes sexuais no século 19 em Itu e, principalmente, procura compreender o que o pequeno número de processos revela sobre o lugar reservado às mulheres na sociedade daquela época.

A trajetória até o tema começou quase por acaso. Durante uma aula, Quicoli ouviu do professor e desembargador Antonio Rigolin um breve comentário sobre a existência de antigos autos judiciais da cidade. A informação despertou sua curiosidade e o levou ao Museu Republicano Convenção de Itu/MP.

Ali, recebido pelo historiador Jonas Soares de Souza, a arquivista Anicleide Zequini e a bibliotecária Maria Cristina Monteiro Tasca, iniciou o contato sistemático com a documentação histórica. Antes de encontrar respostas, precisou aprender a fazer perguntas às fontes. "Primeiro, eu aprendi a analisar e a ter conheci-

mento da documentação primária em História", conta. Aos poucos, os processos cartoriais deixaram de ser apenas documentos jurídicos. Por meio deles, o pesquisador passou a conhecer personagens, conflitos e detalhes do cotidiano oitocentista de Itu, Berço da República.

Quando finalmente encontrou um processo relacionado a crime sexual, depois de aproximadamente um ano de pesquisa, percebeu que estava diante de uma questão maior. Por que havia tão poucos casos?

Ao concluir o exame dos processos criminais encontrados no período estudado, Quicoli identificou apenas três casos envolvendo violência sexual. O número, porém, não deve ser interpretado simplesmente como sinal de uma sociedade na qual esses crimes fossem raros. Para o pesquisador, diferentes obstáculos ajudam a explicar o por que tantas situações dificilmente ultrapassavam as fronteiras da vida privada para chegar à Justiça.

Vergonha, medo e silêncio aparecem como elementos fundamentais dessa dinâmica. A eles se somavam aquilo que Quicoli identifica como uma espécie de disciplina privada dos conflitos domésticos e as próprias barreiras existentes para que uma denúncia alcançasse o sistema judicial. Era uma sociedade na qual a condição feminina estava vinculada a papéis sociais rigidamente definidos. A proteção jurídica da mulher coexistia com expectativas sobre sua conduta, sua posição dentro da família e, sobretudo, sua "honestidade".

Quicoli observa que o recorte histórico revela uma sociedade marcada pela tutela do papel feminino e pela determinação de espaços ligados à estrutura familiar. Ao mesmo tempo, a pesquisa encontra situações que ajudam a relativizar uma leitura absolutamente homogênea da família patriarcal daquele período.

O Direito existia. Os códigos previam crimes. Mas a distância entre aquilo que estava escrito e a experiência concreta das mulheres podia ser enorme.

Arquivo Fabiano Quicoli dos Santos

Fabiano Quicoli dos Santos e o desembargador do Estado Antonio Rigolin (à direita). Foi um comentário do professor e desembargador em sala de aula o ponto de partida para a pesquisa de Quicoli sobre os antigos processos judiciais de Itu

Arquivo Fabiano Quicoli dos Santos

Da esquerda para a direita, Raul de Paula Leite, vice-provedor da Santa Casa de Misericórdia de Itu, Fabiano Quicoli dos Santos, advogado, historiador e escritor Alberto Vieira, então presidente do Centro de Estudos de História do Atlântico, de Portugal, e historiador Jonas. Os três tiveram papel fundamental no desenvolvimento dos estudos e das pesquisas históricas desenvolvidas pelo autor do livro

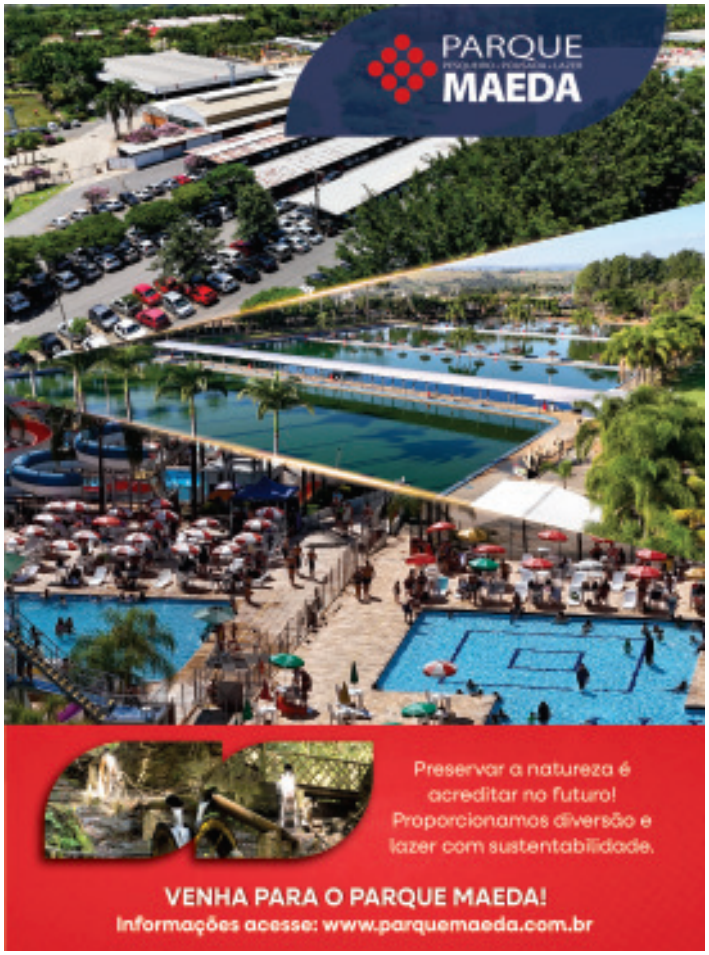
Antes da vítima, julgava-se a mulher

Entre os aspectos que mais chamaram a atenção do pesquisador está a forma como a Justiça avaliava a própria condição feminina. Antes mesmo de examinar integralmente a violência sofrida, podia entrar em julgamento aquilo que se entendia como a "honestidade" da mulher.

No período analisado, as Ordenações Filipinas ainda regiam a matéria civil, enquanto o Código Criminal do Império, de 1830, organizava os delitos sexuais dentro de uma lógica jurídica profundamente associada à honra.

O próprio vocabulário da legislação ajuda a compreender aquela mentalidade. O Código tratava dos crimes contra a "segurança da honra" e estabelecia diferenças relacionadas à condição da vítima. Na interpretação apresentada pelo autor, o bem protegido pelo Estado estava fortemente associado à honra familiar, e não à compreensão contemporânea da autonomia e da integridade sexual da mulher.

Nesse universo jurídico, conceitos como "mulher honesta", casamento, defloramento e honra familiar assumiam importância decisiva. É nesse ponto que Quicoli identifica a existên-



cia de um "direito penal doméstico": um conjunto de valores, costumes e mecanismos de controle social que funcionava ao lado das normas oficiais.

A lei estava nos códigos. Mas havia outra ordem funcionando dentro das casas, das famílias e das relações sociais. A condição das pessoas escravizadas acrescentava ainda outra dimensão a uma sociedade profundamente desigual, na qual gênero, posição social e condição jurídica interferiam diretamente nas possibilidades de reconhecimento e proteção.

Arquivo Fabiano Quicoli dos Santos

Mônica Melo Quicoli, esposa do autor, lendo a obra literária inspirada em antigos processos judiciais da Comarca de Itu

A mulher que deixou sua voz nos autos

Entre tantos documentos examinados, um processo se tornou especialmente simbólico para Quicoli. Tratava-se de uma tentativa de homicídio cometida por um marido contra a própria mulher. O acusado acabou escapando da pena. Ainda assim, mais de um século depois, não é somente o desfecho judicial que chama a atenção do pesquisador.

A mulher falou. E suas palavras ficaram registradas. Nas páginas do processo, ela descreveu aspectos de sua vida, seus hábitos, sua religiosidade, seu círculo de amizades, sua relação com uma mulher escravizada e elementos da sociedade ituana daquele período.

O processo que poderia ter sido apenas mais um conjunto de folhas arquivadas transformou-se, assim, em uma fresta para observar a vida de uma mulher do século 19 por meio de sua própria voz. Foi também nesse processo que apareceu a expressão que daria nome ao livro. Ao escrever sobre o caso, o juiz registrou as palavras "o espesso véu do direito sobre as mulheres".

A frase atravessou o tempo e transformou-se em título porque, para Quicoli, sintetiza a tensão encontrada ao longo da pesquisa. Havia um sistema jurídico que aparentemente protegia, regulamentava e julgava, mas que também estava envolvido por valores sociais capazes de encobrir experiências, limitar vozes e condicionar a própria possibilidade de uma mulher ser reconhecida como vítima.

Entre o século 19 e o presente

Embora os processos analisados tenham mais de 130 anos, questões relacionadas à violência contra a mulher, à proteção jurídica e ao acesso à Justiça inevitavelmente aproximam a pesquisa de discussões contemporâneas. Quicoli, no entanto, faz uma ressalva importante. "É preciso evitar o anacronismo", afirma.

Não se pode exigir da sociedade imperial os mesmos conceitos jurídicos, sociais e culturais construídos posteriormente. Para compreender os processos, é necessário observá-los dentro do universo no qual foram produzidos.

Segundo o autor, no período monárquico o Direito estava fortemente orientado à proteção da estabilidade do lar e da honra. O ordenamento contemporâneo passou a incorporar outros princípios e garantias, entre eles a proteção da vida e da dignidade da pessoa.

É justamente a distância entre esses dois mundos que torna os antigos autos reveladores. Eles mostram como conceitos jurídicos mudam, mas também como o Direito é produzido dentro de uma sociedade e carrega consigo valores, limites e contradições de seu tempo.

Para ampliar essa compreensão sobre a condição feminina e o pensamento em diferentes períodos históricos, Quicoli também aponta autoras e personagens que considera importantes para a reflexão, entre elas Hildegarda de Bingen, Catarina de Siena, Edith Stein, Gertrud von Le Fort, Sigrid Undset, Régine Pernoud, Alice von Hildebrand e Flannery O'Connor.

No fim, "O Espesso Véu do Direito sobre as Mulheres do 2º Reinado" nasce de uma aparente ausência documental. Quicoli procurou crimes e encontrou apenas intrigantes profundos silêncios.

Ao investigar esses silêncios, encontrou uma sociedade na qual a honra familiar, a moral, os costumes e a própria estrutura jurídica interferiam na maneira como uma mulher poderia chegar aos tribunais e ser ouvida por eles.

Mais de um século depois, hoje os processos estão guardados sob os cuidados da Universidade de São Paulo (USP) no Museu Republicano Convenção de Itu.

E aquelas páginas, aparentemente destinadas apenas a registrar crimes, acusações e sentenças, acabam revelando algo maior. Fragmentos de mulheres que viveram, sofreram, falaram, e que, algumas vezes, conseguiram fazer com que suas palavras atravessassem o espesso véu do tempo. ■

Rodrigo Tomba

(11) 99821-6717
(11) 2429-1841
(11) 99414-0052
RUA FLORIANO PEIXOTO, nº 230
CENTRO - ITU/SP
ANA CLÁUDIA
FREITAS VILELA
corretora de imóveis Itu
creci 223277
acorretoraitu
acorretoraitu
acorretoraitu.com.br
ana@acorretoraitu.com.br
VENDA | LOCAÇÃO | ADMINISTRAÇÃO

REPARAÇÕES AUTOMOBILÍSTICAS
JAGUAR
11 4023-1523
PROTEÇÃO DA PINTURA E MUITO MAIS BRILHO
• Polimento | • Recuperação de para-choque | • Vitrificação
Avenida Dr. Octaviano Pereira Mendes nº 174 - Itu/SP
(11) 97960-7995

Viagens corporativas
Facilitamos a rotina da sua Empresa
Solicite já seu orçamento
(11) 4022-0001
@tombatur.viagens
tombatur
viagens

GALVANOBRAS
Rua Domingos Piunti nº 361
Progresso - Itu - Fone: (11) 2396-1890
galvanobras@galvanobras.com.br
GALVANOBRAS
DESDE 1986
Tratamento de Superfície

Mercearia Brasil
AÇOUGUE COMPLETO
Aceitamos encomendas (11) 4024 4061
Rua Romão Bruni nº 227 - Parque das Indústrias - Itu/SP

Uma empresa credenciada Bosch Service com mais de 60 anos de tradição
BOSCH Service
Auto Elétrica
AVENIDA
www.autoeletricaavenidaitu.com.br
Avenida 9 de Julho nº 358 - Padre Bento - Itu
• BATERIAS
• INJEÇÃO ELETRÔNICA
• ALARMES
• SOM E ACESSÓRIOS
• TROCA DE ÓLEO
• AUTO PEÇAS ELÉTRICAS
• AUTO PEÇAS MECÂNICAS
Auto Peças
Auto Mecânica
Auto Elétrica
AVENIDA AUTO PEÇAS
SOMOS ESPECIALISTAS AUTORIZADOS EM MÁQUINAS:
FAMAC
ANAUGER
TRAPP
(11) 4023-0023

ART METAL
AR METAL
Aço Inox - Ferros chatos - Tubos - Cantoneiras - Tees
Quadrados - Redondos - Chapas - Vigas U e I
Rua Amélia A. Cristofoletti nº 50 - Bº N. Sra. Candelária
Fone/Fax (11) 4022-1153 - Itu/SP

SANTA RITA
TÊXTIL
Conforto, qualidade e estilo em cada detalhe

A importância histórica da Comarca de Itu

Vivendo numa época em que a evolução dos meios de comunicação alcançou o ponto em que a informação corre o mundo todo em questão de segundos, mal podemos imaginar as dificuldades vividas por nossos antepassados. O Judiciário não ficou à margem dessa revolução tecnológica. Durante séculos, a documentação dos atos processuais se dava com o uso de papel e escrita à mão; por décadas, houve o uso da máquina de escrever, evoluindo-se para o uso de copiadora, computador, iniciando-se mais recentemente a utilização de inteligência artificial. Há pouco mais de dez anos vem ocorrendo progressivamente a adoção do processo digital, destacando-se que até mesmo as audiências, sessões de julgamento e atendimentos, em grande parte, passaram a ocorrer de forma telepresencial.

Curioso disso tudo é que a introdução das novidades, no passado, encontrou resistência. Não foram poucos os juristas que questionaram a validade dos atos processuais lavrados com o uso da datilografia, preocupados com a possibilidade de comprometimento da autenticidade dos escritos. Tais discussões se renovaram ao longo dos anos, na medida em que avançavam as novidades tecnológicas, que se tornaram irreversíveis diante do aumento do volume de trabalho. Todas as mudanças foram assimiladas e propiciaram bons resultados.

Hoje seria muito difícil imaginar como se desenvolviam os trabalhos em épocas longínquas. E é exatamente neste contexto que vem à tona a lembrança da Comarca de Itu/SP, por seu papel relevante da atuação jurisdicional.

No período colonial, ainda não existia a clássica teoria da tripartição dos poderes, de modo que as funções estatais eram concentradas nas mãos do Rei e das pessoas ao redor dele, o envolvendo atividades políticas e administrativas, compreendendo a função de julgar, atribuída, ao longo do tempo, a juízes ordinários e ouvidores.

Os juízes eram eleitos pelos "homens bons", escolhidos entre moradores locais, a quem incumbia também presidir a Casa da Câmara, fato que naturalmente gerou problemas, porque a dificuldade de distanciamento das pessoas envolvidas nos conflitos dava margem a dúvidas quanto à isenção e imparcialidade dos julgamentos. Não eram pessoas letradas e pouco sabiam a respeito das regras de direito, o que também comprometia a qualidade das decisões. Usavam como sinal distintivo uma vara vermelha, que deviam portar quando saíssem.

Mais tarde, para enfrentar o problema relacionado à má qualidade e parcialidade dos julgamentos, em Portugal, surgiu a figura do juiz de fora, magistrado nomeado pelo Rei para, em nome dele e de acordo com as leis do Reino, realizar a função de julgar. Justamente para garantir a realização de julgamentos justos, o exercício do cargo não podia ser exercido o lugar de origem ou de residência habitual do julgador (por isso "de fora"), que por isso mesmo era impedido de manter vínculos com a população, sem a possibilidade de casamento ou amizade íntima. Tinha ele autoridade superior à dos juízes locais e devia ser "letrado e entendido", isto é, bacharel em direito. Diversamente dos demais juízes, usava vara branca e sua missão era itinerante, servindo nos lugares desprovidos de juiz e auxiliando os juízes ordinários.

Arquivo Tribunal da Justiça do Estado de São Paulo

As 16 colunas de granito vermelho do Salão dos passos perdidos que sustentam o prédio do Palácio da Justiça do Estado de São Paulo foram extraídos dos matacões de Itu

No Brasil, essa novidade foi introduzida com a nomeação do primeiro juiz de fora em 1696, e a nomeação desses magistrados de carreira aos poucos foi esvaziando o poder das câmaras municipais, que eram incumbidas da gestão dos negócios municipais, legislativos, executivos e contenciosos. Com o passar do tempo, as câmaras passaram a atuar em plano administrativo, ficando limitado o seu poder de solucionar somente as pequenas causas.

Criado por D. João V o cargo de juiz de fora na vila de Itu, com jurisdição que alcançava Sorocaba, recaindo na pessoa de Vicente Leite Ripado a nomeação para o seu exercício, em 23 de março de 1727. Em 1750 o cargo foi extinto, passando a ocorrer a eleição de juiz ordinária da vila pelos moradores.

Já com a presença da Corte portuguesa no Brasil, D. João VI, pelo alvará de 2 de dezembro de 1811, criou a Ouvidoria e Comarca de Itu, tendo como primeira sede a vila de Itu, tendo como pri-

meiro ouvidor o Doutor Miguel Antônio de Azevedo Veira, português de nascimento, bacharel em direito pela Universidade de Coimbra. O Brasil ficou dividido em 24 comarcas. Com isso, a capitania de São Paulo passou a ter três comarcas: São Paulo, Paranaguá e Itu. Até então, os limites da comarca de São Paulo correspondiam ao que hoje é o próprio Estado, e dela faziam parte, inclusive, as vilas de Santos, São Vicente, Itanhaém, Cananeia, Paranaguá, São Francisco, Castro, Taubaté, Guaratinguetá, Jacareí, Itu e Sorocaba. Por meio desse alvará, ocorreu o desmembramento da primitiva Comarca de São Paulo, passando a Comarca de Itu a compreender as vilas de Itu (sede da comarca), Sorocaba, São Carlos (atual Campinas), Mogi Mirim, Porto Feliz, Itapetininga, Itapeva e Apiaí, vindo a ter sob sua jurisdição oito vilas, quinze freguesias e a Real Fábrica de Ferro de São João do Ipanema.

Para se ter a ideia de sua importância na época, a Comarca de Itu era a mais movimentada de todas as capitanias. Por ordem do governador de São Paulo, todos os que recebessem índios vindos dos sertões de Cuiabá deveriam registrar o termo de tutela diante do ouvidor da comarca de Itu. A propósito, a vila de Itu, no século XIX, era considerada a mais rica e populosa da Capitania de São Paulo, centro produtor de açúcar durante o Primeiro Império e parte do Segundo, e igualmente produtor de algodão, o que propiciou a fundação da Fábrica de Tecidos São Luís, em 1869, a primeira indústria de tecidos movida a vapor.

A câmara municipal, com a Lei imperial de 1º de outubro de 1828, passou a ter função exclusivamente administrativa, sem a possibilidade de exercer jurisdição contenciosa, que passou a ser exercida pelo recém-criado Poder Judiciário. Com a extinção da ouvidoria de Itu, em 1833 foi nomeado o primeiro Juiz de Direito da Comarca: Fernando Pacheco Jordão, ituano e bacharel em leis pela Universidade de Coimbra, que depois, ao deixar a comarca, foi desembargador no Maranhão, deputado e senador do Império, vindo a falecer em 1856.

A Lei Provincial nº 16, de 30 de março de 1858, redefiniu a divisão, fixando o total de treze comarcas no território paulista. Recriou a comarca do município de Itu, de forma definitiva como comarca moderna, que passou a compreender as cidades de Itu, Sorocaba e São Roque, e modificou a estrutura de outras regiões judiciárias da província.

Ao longo dos anos foram ocorrendo alterações territoriais até alcançarmos a atualidade, com a redução dos limites ao próprio município de Itu e ampliação do número de varas, em razão do grande movimento forense.

Feito esse relato, não é difícil imaginar a riqueza das informações que podem ser extraídas dos processos instaurados ao longo de todos esses anos. Fatos que repercutiram na vida social, disputas patrimoniais, questões de herança, crimes, enfim, inúmeros acontecimentos que podem ser retratados com fidelidade. Esse acervo se encontra sob a responsabilidade do Museu Republicano, em Itu, mantido em condições de segurança plena e em ambiente adequado para permitir a sua conservação adequada, estando à disposição para pesquisa pelos historiadores. O desenvolvimento das pesquisas, que se desenvolve com intensidade, tem propiciado inúmeros trabalhos e, com certeza, muitos ainda serão produzidos.

O Palácio da Justiça e as colunas de granito de Itu

Em 1911, o então secretário da Justiça do Estado de São Paulo, Washington Luís, teve a iniciativa de autorizar e determinar a construção de uma sede própria e definitiva para o Tribunal de Justiça, na Rua José Bonifácio, local que hoje constitui a Praça da Sé. Foi atribuída ao escritório de Ramos de Azevedo a incumbência da realização do projeto arquitetônico, idealizado para abrigar no mesmo local o Tribunal de Justiça, o Fórum Cível e o Fórum Criminal. O projeto foi inspirado nos Palácios da Justiça de Roma (Palácio Calderini) e de Bruxelas e a pedra fundamental foi lançada em 24 de fevereiro de 1920. A construção do prédio, em estilo neoclássico e barroco e conhecido por sua grande beleza, demorou cerca de treze anos, período marcado por dificuldades econômicas, tendo ocorrido a inauguração parcial em 2 de janeiro de 1933.

É marcante o fato de que, em sua construção, houve emprego de estruturas metálicas e de materiais nobres, como mármore, bronze, alabastro, granito e madeiras nacionais de alta qualidade. Destaca-se o fato de que foram instaladas 16 imponentes colunas jônicas de granito vermelho polido, vindas de Itu, pesando cada uma aproximadamente 15 toneladas. Elas não são decorativas apenas; fazem parte da sustentação do edifício, integrando o famoso Salão dos Passos Perdidos. Para o transporte foram utilizadas carroças de ferro apropriadas para a carga pesada da época, e o içamento exigiu a utilização de cordas, roldanas e força braçal, sem o auxílio de guindastes.

Coleção Antonio Rigolin

Antonio Rigolin
Desembargador do Tribunal de Justiça de São Paulo

CARTAS

A Revista Campo&Cidade dedicou uma edição para contar a história dos 40 anos da Fundação SOS Mata Atlântica. Um trabalho primoroso de toda equipe da Revista que faz do jornalismo um instrumento de educação, de valorização da história e que, de forma muito generosa, se encontrou conosco.

Os jornalistas foram à nossa sede, pesquisaram registros da nossa história de dedicação à causa ambiental, ouviram parceiros e especialistas. Toda nossa equipe ficou muito engrandecida e vamos guardar com enorme carinho esse exemplar. Para quem ainda não leu, é um passeio pela causa de defesa da Mata Atlântica.

Em nome de toda nossa equipe, parabéns à Campo&Cidade.

O jornalismo nos proporciona oportunidades de registrar bons exemplos, de compartilhar histórias e fortalecer causas e encontros que uma excelente leitura nos confere.

Difícil expressar a gratidão e a felicidade da nossa equipe com a Revista. Sensacional!

Malu Ribeiro, diretora de políticas públicas da SOS Mata Atlântica

A revista Campo&Cidade, como sempre traz uma excelente contribuição para o conhecimento sobre aspectos relacionados a Itu e região, com destaque para a edição 160 que homenageia os 40 anos da SOS Mata Atlântica e os 30 anos da Estrada Parque.

Parabéns a toda a equipe!!!!

Dr. Salvador Carpi Junior - Instituto de Geociências da Unicamp, diretor da Associação dos Geógrafos Brasileiros, Seção Regional de Campinas, nascido em Itu

FONTES CONSULTADAS

ACADEMIA ITUANA DE LETRAS – ACADIL. Maria Lúcia Almeida de Marins e Dias Caselli. Itu: ACADIL. Disponível em: HYPERLINK "https://www.acadil.com.br/academicos/maria-lucia.html?utm_source=chatgpt.com"ACADIL – Maria Lúcia Caselli.
AZEVEDO, Antonio Junqueira de. José Bonifácio "o Moço". Revista da Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, 88, 1993, págs. 157-182.
BARBOSA, Climaco (org.). Discursos em homenagem ao senador José Bonifácio. São Paulo: Tipografia King, 1886.
BARBOSA, Rui. Oração aos moços / Rui Barbosa; edição popular anotada por Adriano da Gama Kury. –5. ed. –Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1997.
BARBUY, H.; MARTINS, Ana Luiza. Arcadas: História da Faculdade de Direito do Largo de São Francisco, 1827-1997. 1. ed. São Paulo: Alternativa/BM&F, 1998.
BEVILÁQUA, Clóvis. História da Faculdade de Direito do Recife. 2ª ed. Brasília: INL; Conselho Federal de Cultura, 1977.
CURY, Luiz Felipe Bruzzi. Rui Barbosa e as ideias econômicas: Entre teoria e conjuntura. In: Boletim Informações FIPE. São Paulo: FIPE, 2015.
ENCICLOPEDIA DELLE DONNE. BORGATO, Renata. Poèt Lidia: Treverse (TO) 1855 – Diano Marina 1949. Disponível em: HYPERLINK "https://enciclopediadelledonne.it/edd.nsf/biografie/lidia-poet/?utm_source=chatgpt.com"Enciclopedie delle Donne – Lidia Poët.
FARIA, Jóão Cêsar de. José Bonifácio, o moço. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1944.
FAUSTO, Boris. História do Brasil. São Paulo: Edusp, 2004 (1ª edição de 1994).
HISTÓRIAS DE NASSIF. Maria Lúcia Almeida de Marins e Dias Caselli. 15 maio 2026. Disponível em: HYPERLINK "https://historiasdenassif.com.br/2026/05/15/maria-lucia-almeida-de-marins-e-dias-caselli/?utm_source=chatgpt.com"Histórias de Nassif – Maria Lúcia Caselli.
ISTITUTO DELLA ENCICLOPEDIA ITALIANA – TRECCANI. Lidia Poët: "un'avvocatessa leggiadra". 22 fev. 2019. Disponível em: HYPERLINK "https://www.treccani.it/magazine/atlante/cultura/Lidia_Poet_un_avvocatessa_leggiadra.html?utm_source=chatgpt.com"Treccani – Lidia Poët.
ITU.COM.BR. Maria Lúcia Caselli recebe Título de Cidadã Ituana. 2 abr. 2009. Disponível em: HYPERLINK "https://www.itu.com.br/nossa-cidade/noticia/maria-lucia-caselli-recebe-titulo-de-cidada-ituana-20100201?utm_source=chatgpt.com"Itu.com.br – Maria Lúcia Caselli.
LIBRARY OF CONGRESS. Arabella Mansfield, First Female Lawyer. In Custodia Legis, 26 jan. 2024. HYPERLINK "https://blogs.loc.gov/law/2024/01/arabella-mansfield-first-female-lawyer/?utm_source=chatgpt.com"Disponível na Library of Congress
LIMA, Bruno Rodrigues de. Luiz Gama contra o império: luta pelo direito no Brasil da escravidão. São Paulo: Editora Contracorrente, 2024.
MENDONÇA, Joseli Maria Nunes. Evaristo de Moraes: o juízo e a história. ANPUH – XII Simpósio Nacional de História, João Pessoa, 2003.
MENDONÇA, Lúcio de. Luiz Gama, in: José Maria Lisboa (org.), Almanaque literário de São Paulo para o ano de 1881. São Paulo: Tipografia da Província, 1880, São Paulo: Tip. King, 1886.
NEDER, Gizlene; CERQUEIRA FILHO, Gisálio. Formação jurídica e história das Faculdades de Direito em Portugal e no Brasil. Direito em Movimento. Rio de Janeiro, v. 16 - n. 2, p. 106-136, 2º sem. 2018.
OAB ITU – 53ª SUBSEÇÃO. Histórico. Itu: OAB Itu. Disponível em: HYPERLINK "https://oabitu.org.br/historico/?utm_source=chatgpt.com"OAB Itu – Histórico da 53ª Subseção.
ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL – CONSELHO FEDERAL. Juristas que marcaram a história do país: Esperança Garcia. 3 ago. 2022. Disponível em: HYPERLINK "https://www.oab.org.br/noticia/59999/juristas-que-marcaram-a-historia-do-pais-esperanca-garcia?utm_source=chatgpt.com"OAB – Esperança Garcia.
ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL – CONSELHO FEDERAL. Esperança Garcia é reconhecida pelo Conselho Pleno como a primeira advogada brasileira. 25 nov. 2022. Disponível em: HYPERLINK "https://www.oab.org.br/noticia/60503/esperanca-garcia-e-reconhecida-pelo-conselho-pleno-como-a-primeira-advogada-brasileira?utm_source=chatgpt.com"OAB – Reconhecimento de Esperança Garcia.
ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL – CONSELHO FEDERAL. Leia a Carta de Esperança Garcia, a primeira advogada do Brasil. 9 mar. 2023. Disponível em: HYPERLINK "https://www.oab.org.br/util/print/60795?print:~Noticia&utm_source=chatgpt.com"OAB – Carta de Esperança Garcia.
ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL – CONSELHO FEDERAL. Juristas que marcaram a história do país: Myrthes Gomes de Campos. 22 ago. 2022. Disponível em: HYPERLINK "https://www.oab.org.br/noticia/60107/juristas-que-marcaram-a-historia-do-pais-myrthes-gomes-de-campos?utm_source=chatgpt.com"OAB – Myrthes Gomes de Campos.
PAIM, Antônio. A Escola do Recife. Volume 5. Londrina: Editora UEL, 1999.
PINTO FERREIRA, Luís. História da Faculdade de Direito do Recife. Recife: Ed. Universitária, 1980.
SHUBSKY, Cássio (org.). Clóvis Beviláqua - um senhor brasileiro. São Paulo: Editora Lettera (Coleção grandes juristas), 2010.
UNIVERSITÀ DEGLI STUDI DI TORINO – ARCHIVIO STORICO. Doctrix – Storie di donne sapienti e coraggiose. Torino: Università degli Studi di Torino. Disponível em: HYPERLINK "https://www.archiviostorico.unito.it/it/eventi/doctrix-storie-di-donne-sapienti-e-coraggiose?utm_source=chatgpt.com"Archivio Storico dell'Università di Torino.
VAMPRÉ, Spencer. Memórias para a História da Academia de São Paulo. Volume 1. São Paulo: Saraiva, 1924.

Internet:
https://andt.org.br/academicos/evaristo-de-moraes/
https://bibdig.biblioteca.unesp.br/items/34df7a0e-cd79-463a-9983-8a660394a3d1?utm_source=copilot.com
https://feditu.edu.br/
https://revistapesquisa.fapesp.br/o-brasil-que-as-arcadas-vislumbraram/
https://web.archive.org/web/20220210005307/https://istoe.com.br/fabrica-de-presidentes/
https://www.migalhas.com.br/quentes/114941/11-de-agosto---a-historia-da-data-que-marca-o-inicio-dos-cursos-juridicos-no-brasil
https://www.direito.usp.br/extensao/Arquivos/conteudo_prog_bibliografias_edital_ccex_fd_01_2010.pdf
https://www2.academia.org.br/academicos/clovis-bevilaqua/bibliografia?utm_source=copilot.com

INFORME PUBLICITÁRIO

Planejamento Estratégico Jurídico: o alicerce invisível e indispensável

Em um cenário empresarial cada vez mais regulado, o **Planejamento Estratégico Jurídico** tornou-se condição de sobrevivência para empresas de todos os portes, pois antecipa riscos, mapeia vulnerabilidades e transforma a assessoria jurídica em instrumento de gestão.

A governança corporativa é o primeiro pilar dessa engenharia preventiva. É ela que orienta decisões claras, contratos sociais bem redigidos e políticas de compliance, de forma a reduzir conflitos internos e proteger o patrimônio da empresa.

No campo ambiental, o avanço da legislação e da fiscalização exige licenciamentos em dia e práticas socioambientais capazes de proteger a reputação da empresa perante consumidores e investidores.

A gestão de pessoas é outra frente sensível. A nova NR-1, ao incorporar riscos psicossociais ao gerenciamento de riscos ocupacionais, impõe às empresas uma postura mais responsável em relação ao capital humano.

Demissões mal conduzidas seguem entre as principais fontes de litígio trabalhista no Brasil. Um planejamento jurídico preventivo orienta processos de desligamento tecnicamente seguros e regulamenta justas causas, quando cabíveis.

A transformação tecnológica ampliou a exposição jurídica. Agora, proteção de dados, contratos de software e responsabilidade pelo uso de inteligência artificial já estão entre as pautas centrais dos departamentos jurídicos.

Governança, meio ambiente, pessoas, passivos trabalhistas e tecnologia formam o mapa de riscos que todo empresário precisa enxergar com antecedência. **Planejar juridicamente** não é burocracia, é **estratégia**.

Gilberto de Moura

A GMG – Consultoria Empresarial é especialista em Planejamento Estratégico para pequenas e médias empresas.
www.gmgconsult.com.br

Dr. Claudionor Barbato
CRM: 54.134
OFTALMOLOGIA
(11) 9 9185-6108
Rua 24 de Fevereiro nº 286 - Vila Nova - Itu/SP
Fones: (11) 4024-3403 | (11) 4024-2429

GMG
CONSULTORIA EMPRESARIAL
Acreditamos que RESULTADOS consistentes dependem de um planejamento eficaz e uma execução forte! Trabalhamos com método e organização. Nosso foco é ajudar as médias e pequenas empresas com SOLUÇÕES para os problemas de gestão comercial, fluxo de processos, administração de vendas, indicadores, treinamento e desenvolvimento de lideranças e sócios. Faça contato! Conheça nossa metodologia através de um diagnóstico GRATUITO!
www.gmgconsult.com.br
11 94245 0768 • gilberto.moura@gmgconsult.com.br

USINAGEM E FABRICAÇÃO DE PEÇAS E EQUIPAMENTOS INDUSTRIAIS
SOLICITE SEU ORÇAMENTO POR E-MAIL OU WHATSAPP, ATRAVÉS DE DESENHOS, CROQUÍS, AMOSTRAS.
BONI USINAGEM
(11) 98356-0093
contato@boniusinagem.com.br
Avenida Gianni Palenga nº 656 - Itu - SP • www.boniusinagem.com.br

Botica Lírio D'água
1985
FARMÁCIA DE MANIPULAÇÃO E HOMEOPATIA
LírioVet
MANIPULAÇÃO VETERINÁRIA
11 4022-7655
Rua Santa Rita nº 1471 - Itu

Unimed
Salto/Itu

ANS - nº 346276

Sua saúde mental também merece cuidado.

Setembro Amarelo é um convite para olhar com mais atenção para a saúde mental. Reconhecer quando algo não vai bem, falar sobre o que você sente e buscar apoio são atitudes importantes de cuidado.

Consultas online com médicos e especialistas, com atendimento rápido e sem precisar sair de casa.

Chegou o Kia Sorento 4x4.
O novo SUV dos seus sonhos.

Gandini
Por: R$ 344.990,00

Chegou o novo Kia Sorento 4x4: conforto, tecnologia e sofisticação para até 7 pessoas, com a robustez do motor turbo diesel e da tração 4x4 (AWD) para superar qualquer desafio. Faça um test drive e sinta a emoção desse reencontro.

Saiba mais em: kia.com.br/sorento

Desacelere. Seu bem maior é a vida.

(11) 4024-8001 gandinikiaitu Av. Francisco Ernesto Favero, 662 - Itu, SP

GANDINI GRUPO EMPRESARIAL

Oferta válida para o modelo Kia Sorento EX, código S.851.2526, ano/modelo 2025/2026, com preço público sugerido de R$ 399.990,00 à vista por R$ 344.990,00 à vista, sem veículo usado na troca. Valor da pintura metálica ou perolizada, ambas de R$ 2.800,00, não incluso no preço público sugerido, com frete incluso. Condições válidas para todos os estados, de 01/07/2026 até 01/09/2026 ou até o término do estoque, o que ocorrer primeiro.